

Veículo: Rádio A Tarde FM	Programa: Isso é Bahia
Data: 13/05/2020	Apresentadores: Fernando Duarte e Jeferson Beltrão
Assunto: Entrevista com o <b><u>secretário da Fazenda Manoel Vitorio</u></b> sobre a situação das finanças estaduais durante a pandemia.	

**Data:** 13/05/2020

**Emissora:** Rádio A Tarde FM

**Programa:** Isso é Bahia

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Entrevista com o **secretário da Fazenda Manoel Vitorio** sobre a situação das finanças estaduais durante a pandemia.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 13/05/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 13 de Maio de 2020 - 09:00

## ***Secretário da Fazenda da Bahia diz que não existe estado que possa garantir salários***

por Lucas Arraz



Após o governador Rui Costa (PT) garantir o pagamento de salários a servidores estaduais apenas até junho ([veja aqui](#)), o **secretário da Fazenda do estado, Manoel Vitorio** sinalizou nesta quarta-feira (13) reafirmou que, em meio a crise, não existe estado que possa garantir o pagamento de salários.

“O risco [de atraso de salários] existe se a situação não continuar controlada como ela está no momento”, falou aos jornalistas Jefferson Beltrão e Fernando Duarte no programa Isso é Bahia, de A Tarde FM e Bahia Notícias.

“Não tem estado hoje no Brasil que pode garantir esse pagamento de salário. O que estamos fazendo no momento é trabalhando para que não haja esse problema”, declarou.

Em meio a quedas na arrecadação, que concentradas no setor de varejo e petróleo chegam a 35%, a Bahia contingenciou verbas das atividades não essenciais. “Essa é uma situação que ninguém nunca enfrentou. Não temos dados ou parâmetros históricos”, completou.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 13/05/2020	



## SECRETÁRIO DIZ QUE NENHUM ESTADO PODE GARANTIR SALÁRIOS DE SERVIDORES



admin 13 Maio, 2020

**O secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitório**, disse nesta quarta-feira (13) que, em meio a crise provocada pelo coronavírus, não existe estado que possa garantir o pagamento de salários dos servidores. Ontem, o governador Rui Costa tinha alertado que só estão garantidos os pagamentos dos meses de maio e junho ([veja aqui](#)).

“O risco [de atraso de salários] existe se a situação não continuar controlada como ela está no momento”, revelou no programa Isso é Bahia, de A Tarde FM e Bahia Notícias. “Não tem estado hoje no Brasil que pode garantir esse pagamento de salário. O que estamos fazendo no momento é trabalhando para que não haja esse problema”, completou.

A queda na arrecadação chega a 35% na Bahia, concentrada no setor de varejo e petróleo. Conforme o secretário, o estado contingenciou verbas das atividades não essenciais. “Essa é uma situação que ninguém nunca enfrentou. Não temos dados ou parâmetros históricos”, avaliou.

# Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

12/05/2020 16:10

## Aplicativo Preço da Hora Bahia tem mais de cem mil downloads

Um mês depois do lançamento pelo governador Rui Costa, o aplicativo Preço da Hora Bahia já foi baixado por 103,3 mil baianos, que estão aproveitando vantagens como a de pesquisar preços sem sair de casa, ter acesso aos telefones, endereços e rotas para os estabelecimentos com as opções mais em conta, fazer listas de cotações para até 40 itens e acompanhar o histórico de cada produto. Entre as funcionalidades do app está ainda um mapa que aponta os três estabelecimentos com os preços mais baixos na região delimitada pelo usuário.

Disponível para celulares Android e iOS e na página web [precodahora.ba.gov.br](http://precodahora.ba.gov.br), o aplicativo toma por base as mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas emitidas diariamente em todo o Estado e armazenadas na Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), e mostra ao usuário em tempo real as cotações para mais de 500 mil produtos. Basta digitar o nome do produto ou fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem. Os preços são pesquisados com auxílio da geolocalização, em um diâmetro definido pelo usuário, que pode variar entre um e 30 quilômetros de distância.

"O aplicativo tem facilitado bastante a nossa vida neste momento em que precisamos evitar sair de casa", comemora a estudante de nutrição Adriana Serafim, 26. Já o administrador Luiz Forte conta que o Preço da Hora Bahia foi bastante útil na compra do presente para o Dia das Mães. Ele gosta de comparar bem os preços dos produtos antes de efetuar qualquer compra e, com o app, avalia que tem conseguido ganhar tempo e ampliar o número de lojas pesquisadas. "Tenho evitado sair de casa em função das medidas de isolamento social e pude pesquisar exatamente o que eu queria, levei poucos minutos pelo aplicativo. Tenho utilizado bastante também na compra de medicamentos", diz.

### Consumidor deve pedir a nota

As informações têm como fonte exclusiva as notas fiscais armazenadas na Sefaz-Ba, lembra o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória, "o que reforça a importância de se pedir a nota fiscal em todas as compras". Com o Preço da Hora Bahia, enfatiza, "cada usuário economiza, e todos ganham".

A importância de se pedir a nota a cada compra é enfatizada também pelo superintendente do Procon-Ba, Filipe Vieira. "O consumidor deve pedir sempre a nota fiscal, tanto para ter a garantia do produto adquirido, como também para alimentar o sistema, que ele vai poder usar de novo, atualizado a cada nova compra. Quem utilizar o Preço da Hora Bahia certamente vai fazer uma boa compra", avalia.

### Promoções

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt, alerta para a principal dúvida trazida pelos usuários neste primeiro mês do Preço da Hora Bahia: os produtos com preços muito abaixo da média. Ele esclarece que os preços são obtidos das informações de notas já emitidas, e que o estabelecimento não é obrigado a garantir um valor que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras.

"O Preço da Hora Bahia exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido. Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo". Isto pode ser feito, explica Jadson, diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal.

**Fonte: Ascom/ Sefaz**

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença



# Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Economia

12/05/2020 14:30

## Exportações baianas crescem 2,1% no quadrimestre

Mesmo com queda da demanda global, as exportações baianas vêm conseguindo manter, no ano, crescimento frente ao mesmo período do ano passado. Embora tenham recuado 18,5% em abril (US\$ 502,7 milhões) basicamente por conta da contração de 16,2% nos preços dos bens vendidos, as vendas externas no quadrimestre acumularam US\$ 2,44 bilhões surpreendendo positivamente, e superando em 2,1% as receitas de igual período de 2019.

“Os volumes embarcados de derivados de petróleo, celulose, soja e algodão no ano registraram crescimento, mais do que compensando a queda de preços decorrente do cenário global atual”, ressalta o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro. As informações foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento (Seplan).

Com o resultado de abril, a balança comercial da Bahia acumula um superávit de US\$ 928,9 milhões em 2020, contra um déficit de US\$ 71,8 milhões registrado em igual período do ano passado. As exportações somam US\$ 2,44 bilhões com incremento de 2,1% e as importações em US\$ 1,67 bilhão com queda de 32,2%. A corrente de comércio atingiu US\$ 4,1 bilhões com retração de 15,3%. Do lado das importações – US\$ 1,67 bilhão e queda de 32,2% - há um processo de desaceleração acentuada em curso, refletindo a atividade econômica doméstica semiparalisada.

O aumento das exportações no quadrimestre ocorreu mesmo com uma contração significativa de 21,3% nos preços dos bens vendidos, mas que foi compensado pelo aumento do volume exportado que subiu 29,7%. Mais que dobrou a quantidade embarcada de derivados de petróleo em 102,6%, em função do aumento das compras da Ásia, sobretudo de Cingapura, destino de 95% das vendas do segmento, assim como de papel e celulose (20,2%) com demanda externa aquecida por conta do aumento do consumo de papéis para fins sanitários/higiene em tempos de pandemia; soja e derivados (5,6%) via aumento de produção e da demanda chinesa além do algodão (70,7%) que deve bater recorde de produção e exportação este ano.

O bom desempenho desses segmentos evidencia a competitividade das exportações, favorecida por uma taxa de câmbio real mais desvalorizada, além de uma demanda mundial resiliente, sobretudo a asiática. As exportações baianas para a Ásia até abril cresceram 31,1% ante igual período do ano passado, atingindo US\$ 1,26 bilhão ou o correspondente a 51,8% do total das vendas externas do estado. O volume embarcado para a China teve alta de 40,3%, enquanto para Cingapura o crescimento foi de 243,5%. Por outro lado, caíram 10% os embarques para os Estados Unidos e 33,1% para a Argentina, rebaixados este ano para terceiro e quarto destinos mais importantes para as exportações baianas.

Em movimento inverso, as importações aprofundaram a retração com queda, só em abril, de 39,2% - US\$ 353,6 milhões, registrada em quase todas as categorias de uso. Houve recuo nas compras de combustíveis (-86,5%), bens de consumo (-67%) e bens intermediários (-30,1%). Somente a categoria de bens de capital cresceu 26,3%, influenciado por compras maiores de equipamentos de transporte de carga e células solares.

A retração das importações no ano reflete não somente a contínua desvalorização cambial como também a baixa demanda de intermediários pela indústria e os efeitos das medidas de isolamento social na demanda doméstica e no nível de atividade. Uma reversão no comportamento das compras externas, depende de uma recuperação da economia e do consumo doméstico, o que por enquanto não se vislumbra no horizonte, dada as incertezas da pandemia.

**Fonte: Ascom/SEI**

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

**Horário de funcionamento:**

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

**Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.**



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 12/05/2020	



## BAHIA É O ESTADO QUE MAIS GERA ENERGIA SOLAR NO BRASIL



admin 12 Maio, 2020

Segundo levantamento do Informe Executivo de Energias Renováveis da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), realizado em janeiro deste ano, o estado se encontra em primeiro lugar na geração de energia solar fotovoltaica com 36%, em comparação aos outros estados brasileiros. A Bahia, que conta com 29 parques de geração de energia, apresentou só no primeiro mês do ano a geração de 145,4 Gigawatts por hora de energia elétrica e investimento de R\$ 3,8 bilhões, ainda segundo a pesquisa. Além disso, o estado também lidera a comercialização de parques eólicos a partir dos leilões de energia da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com 31,3%. Com 169 parques em operação espalhados por cerca de 20 municípios, o investimento é equivalente a R\$ 8,3 bilhões.

Na Bahia, o alto investimento no mercado de geração de energia fotovoltaica está contribuindo com o desenvolvimento econômico e promovendo a sustentabilidade na região. Acompanhando as tendências do setor e do estado, a LEDAX promove o uso inteligente da energia, oferecendo soluções de economia com iluminação LED e geração de energia fotovoltaica para clientes corporativos.

Segundo Lucas Batista, Diretor da divisão de Energia Solar da LEDAX, os investimentos em sistemas fotovoltaicos apresentam um enorme potencial para o mercado baiano. “A Bahia é o estado com a melhor irradiação solar do Brasil, e uma das melhores do mundo, e cada vez mais pessoas e corporações estão buscando meios de se tornarem mais eficientes e reduzirem seus custos. Esta combinação gera forte investimento em sistemas de energias fotovoltaicos que comprovadamente trazem economias consideráveis na conta de energia”, afirma.

Foto: divulgação

## Tributos são temas de debates online

As alterações no sistema tributário nacional têm sido tantas a ponto de exigirem a atualização constante de empresários, contribuintes e profissionais de contabilidade e áreas afins.

A imposição dos efeitos de distanciamento e quarentena, provenientes das necessidades de proteção por conta da pandemia, é a causa de tantas mudanças, tema de uma série de debates virtuais, chamadas lives, no jargão da internet.

A Federação do Comércio do Estado da Bahia (Fecomércio-BA) é uma das instituições a promover estas lives, dentro do projeto Pilulas tributárias em tempos de Covid, em estreia anunciada para esta quarta-feira, 18h30.

Para conectar-se ao debate, basta acessar na rede social Instagram o endereço @fecombahia. O primeiro convidado para a série de pilulas é o consultor tributário Bruno Branco.

**LIVE DE ESTREIA** – Estará com Bruno, nesta live de estreia, o coordenador da Câmara de Assuntos Tributários da Fecomércio, o advogado tributarista Sérgio Couto. O tema deste primeiro debate são os aspectos gerais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em época de pandemia.

Ainda sem data programada, mas provavelmente na próxima semana, outro membro da Câmara, Rafael Figueiredo, abordará mais um tema de interesse do empresariado: as transações de tributos federais durante este período de resguardo e expectativa.

A utilização mais frequente do meio digital, como forma de alcançar as pessoas e ajudar a fixá-las em suas casas, torna-se também uma medida protetiva contra a disseminação da doença.

# ATARDE

O jornal de toda Bahia

## Setor de serviços recua 12% em março na Bahia

FÁBIO BITTENCOURT

Por conta das medidas de restrição e isolamento social – devido à pandemia do novo coronavírus –, o setor de serviços recuou 6,9% no mês de março em todo o país, em comparação com fevereiro. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse é o pior resultado desde que foi iniciada a série histórica, em janeiro de 2011.

Aqui na Bahia, se comparado com março de 2019, o tombo foi de 12%, ou - 7,8% ante fevereiro. Das cinco categorias analisadas, os serviços prestados às famílias, como bares, restaurantes e hotéis, foram os mais prejudicados e puxaram o índice para baixo, com queda de 35,8%. Seguidos de transportes, serviços administrativos e de informação.

Segundo o consultor econômico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo da Bahia (Fecomércio), Guilherme Dietze, a má

notícia é que abril e maio devem ser ainda piores, já que o fechamento dos estabelecimentos no estado, e o aumento do número de pessoas em *home office*, se deram efetivamente no último terço do mês.

"Abril e maio devem significar novos fracassos, pois não há perspectivas de melhoras no curto prazo, mesmo com o Dia das Mães. Em abril caiu a ficha (para a maioria das pessoas), e a retração deve ser ainda mais acentuada para hotéis, setor de alimentação, recreação e entretenimento. Áreas que, paralela ao de transportes, mais pesam no conjunto".

Para Dietze, se tudo der certo, uma retomada da economia só poderá ser sentida no último trimestre do ano. "É possível que o turismo tenha o seu pior cenário em uma década, pois, por mais que a coisa volte ao seu normal, as pessoas ainda terão muito receio do contágio, medo de não conseguir retornar de uma viagem. Mas



Felipe Inatá / Ag. A TARDE / 1432000

Muitos bares e restaurantes fechados estão fazendo delivery

doces e salgados –, um dos principais atrativos do negócio, teve de ser fechada.

Segundo ele, houve, porém, aumento do ticket médio, "com as pessoas sem querer ir em dois ou três lugares", e não foi dispensado nenhum dos 100 empregados. "A panificação, graças a Deus, não sentiu tanto os efeitos (da crise), mas houve queda no faturamento, principalmente com as lanchonetes fechadas", disse Pithon.

Por outro lado, conta ter investido em quatro pias móveis – cada uma pelo valor de R\$ 3 mil –, disponibilizado em cada canto do lugar um dispositivo de álcool em gel, e que, se precisar, ainda distribui máscara de proteção facial a eventual consumidor desavisado (da obrigatoriedade do uso). "Também não passamos o aumento do custo com farinha de trigo, que subiu em função da disparada do dólar, isso como uma forma de ajudar".

o setor não está isolado".

Como vem mostrando A TARDE nas últimas semanas, é crítica a situação por qual passam os meios de hospedagem e alimentação. Levantamento realizado pela Confederação Nacional do Turismo (CNTur) em abril apontou que a pandemia de coronavírus deve levar à falência 10% dos hotéis e 30%

dos restaurantes no país.

Aqui no estado, segundo estimativas do presidente da Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação (Febha), Silvio Pessoa, a atual crise deve contribuir para o encerramento das atividades de 30% a 40% dos cerca de 26 mil bares e restaurantes, fechar 15% dos 4,6 mil hotéis e pousadas e eliminar

por volta de 70 mil a 100 mil empregos diretos.

Dono de uma das mais tradicionais panificadoras de Salvador, localizada no bairro da Graça, o empresário Mário Pithon diz que teve um "impacto" de 50% no volume de clientes na loja, e queda, sobretudo, na lucratividade, pois a lanchonete – com serviço de sopas,

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 13/05/2020	Página: B1

## Pagamento de parcelas de tributos federais é prorrogado

**KELLY OLIVEIRA**

Agência Brasil, Brasília

Em decorrência da pandemia de Covid-19, o Ministério da Economia prorrogou as prestações dos parcelamentos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional com vencimento em maio, junho e julho de 2020. A medida está na Portaria do Ministério da Economia nº 201, de 11 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União de ontem.

A portaria prevê que as prestações dos parcelamentos ordinários e especiais serão prorrogadas da seguinte forma, sempre no último dia útil do respectivo mês: as com vencimento em maio de 2020 terão seu vencimento prorrogado para agosto de 2020; as com vencimento em junho de 2020 terão seu vencimento prorrogado para outubro de 2020; e as com vencimento em julho de 2020 terão seu vencimento prorrogado para dezembro de 2020.

O ministério esclarece

que essa prorrogação, neste momento, não se aplica aos parcelamentos no âmbito do Simples Nacional pois esta decisão é de competência do Comitê Gestor do Simples Nacional. Está prevista reunião deste comitê na próxima sexta-feira, dia 15, para deliberar sobre a prorrogação desses parcelamentos.

A Receita e a Procuradoria-Geral da Fazenda adotarão os procedimentos de suspensão do pagamento para contribuintes que efetuam o pagamento por meio de débito automático.



# ATARDE

O jornal de toda Bahia

## LEGISLATIVO

### Alba aprova PL do abono para policiais militares e servidores

**RAUL AGUILAR**

A Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovou o Projeto de Lei 23.780/2020, que regulamenta a concessão de abono para policiais militares e servidores públicos civis estaduais que optarem por permanecer em atividade após terem cumprindo os requisitos para transferência à reserva remunerada e para aposentadoria. A bancada de oposição voltou contra o PL.

O deputado estadual Paulo Rangel (PT), relator do projeto, incluiu no seu parecer uma emenda que fixa em 10% o teto para servidores com abono permanência nos órgãos do poder Executivo, Legislativo, Judiciário, a partir da publicação da Lei, que deve ocorrer entre hoje e amanhã. Outro parecer anexado ao projeto congela a concessão do benefício até o dia 31 de dezembro de 2021. Nada muda para os servidores com

abono permanência ou que passaram a ter até a data da publicação da lei.

Caso o órgão conte com um número de solicitações para abono permanência acima do teto, a seleção será feita utilizando critérios como a data do implemento dos requisitos para a aposentadoria ou reserva remunerada voluntárias e a idade mais avançada.

"Estamos atentos a tudo que possa contribuir para reduzir os danos causados pela pandemia da covid-19, incluindo a possibilidade de queda em 40% da arrecadação estadual em razão da pandemia. O governador Rui Costa já alertou que os salários de maio e junho estão garantidos, mas que a situação para o segundo semestre ainda é uma incógnita", ressalta o presidente da Alba, deputado Nelson Leal.

O líder da minoria na Casa, o deputado estadual Sandro Régis (DEM) explica que

**A estimativa é que a alteração gere uma economia de R\$ 100 milhões aos cofres públicos**

o voto contrário da bancada é por achar que o projeto deveria ter uma tramitação normal, com um debate mais amplo, já que não trata de ações envolvendo diretamente o novo coronavírus.

"A oposição entende que esse projeto não deveria ser votado agora, sem passar pelas comissões e por um debate amplo. Chegamos a sugerir que o governador suspendesse o abono por 18 meses. Consentimos que colo-



Juliana Andrade / Agência Alba / Divulgação

**Leal diz que PL atenua crise fiscal fruto da covid**

ção dos Procuradores do Estado da Bahia (APEB), Cristiane Santana Guimarães, afirma que decisão pela redução do abono "fere de morte a continuidade no setor público" e que "não havia razões" para o projeto ser votado ontem.

"O abono permanência foi criado com a perspectiva de manutenção do serviço, usando uma terminologia muito importante, é o que chamamos de 'sustentabilidade intergeracional'. Quem chega é municiado por quem está saindo, muitas tarefas são ensinadas, melhoradas a partir daí. O abono não é um plus no salário, é o valor da contribuição mensal. A ideia não é enriquecer, se locupletar. O objetivo é que o servidor permaneça, uma forma do estado dizer: precisamos mais de você e que ensine ao outro. É um instituto muito bonito que foi ferido de morte com essa lei", lamenta Cristiane.

cassem em votação com a modificação dos 10%, é menos maléfica que o projeto original que extinguiu o abono", desabafa Régis.

O deputado e líder do governo Rosenberg Pinto (PT) afirma que decisão foi baseada em estudo da secretária de Administração (Saeb) que mostrou que o número de servidores em abono permanência é maior do que o necessário. A estimativa é que a alteração gere

uma economia de R\$ 100 milhões aos cofres públicos.

"A informação que tenho da Saeb é que os 10 mil que estão com abono permanência custam ao estado R\$ 220 milhões, e que o estado precisa ter 20% deste pessoal. Não estou defendendo que tire direito de ninguém. O que as pessoas estão querendo é expectativa de direito, para quando se aposentar terem o direito", explica o líder do governo.

A presidente da Associa-

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 13/05/2020	Página:

# Correio\*

## MAIS TRÊS HOSPITAIS GANHAM TÚNEIS DE DESINFECÇÃO

**SALVADOR** Três túneis de desinfecção foram instalados ontem nos hospitais do Subúrbio, Ernesto Simões Filho e Martagão Gesteira, em Salvador. No total, oito hospitais da Bahia já contam com os túneis desenvolvidos pelo Senai-Cimatec. Os equipamentos possuem formato de um corredor de 2,5 metros, onde o profissional de saúde passa ao final do expediente, antes da retirada do Equipamento de Proteção Individual (EPI), para desinfecção. Cada equipamento possui estrutura de alumínio, com tubulação de PVC, uma bomba de alta pressão e bicos aspersores que fazem o processo de nebulização de uma solução de hipoclorito.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 13/05/2020	Página:

# Correio\*

## Policlinicas retomam atendimento com restrições

**NO INTERIOR** A reabertura das Policlinicas Regionais de Saude na Bahia comecou nesta semana, com a unidade de Barreiras, conforme anunciou ontem o governador Rui Costa (PT).

Segundo a Secretaria Estadual da Saude (Sesab), as unidades de Irecê, Valença, Senhor do Bonfim e Teixeira

de Freitas serão reabertas na proxima segunda-feira (18).

Para diminuir o risco de contaminação, as unidades deverão reduzir o fluxo de pessoas, manter os assentos das recepções intercalados, com distância mínima de 1,5 metro, e reduzir o acesso simultâneo de pessoas nos refeitórios, para evitar aglo-

merações. As equipes médicas e de apoio administrativo estão sendo submetidas a exames a cada 15 dias.

As policlinicas tiveram o atendimento suspenso como forma de conter o avanço do novo coronavírus na Bahia.

Ainda de acordo com a Sesab, foi estabelecido que as cidades que não tivessem re-

gistro de novos casos do coronavírus durante 14 dias poderiam retomar as atividades. As unidades de Jacobina, Juazeiro, Alagoinhas, Itabuna, Jequié, Paulo Afonso e Vitória da Conquista ainda não possuem previsão de reabertura. As 16 policlinicas atendem a cerca de dois milhões de pessoas.



**Reforço**  
Capital tem 360 leitos erguidos apenas para covid-19 em hospitais de campanha

**Gil Santos e Hilza Cordeiro**  
REPORTAGEM  
redacao@correio24horas.com.br

Um novo hospital de campanha foi inaugurado em Salvador na manhã de ontem - o terceiro da capital, que passa a oferecer 360 leitos exclusivos de covid-19 em unidades semelhantes. O mais novo equipamento vai funcionar no espaço do Wet'n Wild, na Avenida Paralela, e já atende exclusivamente pacientes confirmados com a doença.

São disponibilizados pela prefeitura 50 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 40 de enfermaria. Os outros dois são o Itaigara Memorial, com 47 leitos de UTI, e o antigo Hospital Espanhol, na Barra, que concentra 220 leitos, sendo 140 de UTI e 80 clínicos.

O hospital entregue ontem começou a ser construído no dia 1º de abril. O prefeito ACM Neto disse que a unidade está pronta para receber pacientes, que já começaram a chegar. O espaço, geralmente usado para montagem de palcos e de outras estruturas de shows, precisou ser adaptado. O investimento do município foi de R\$ 30,4 milhões.

"Essa é a mais expressiva e a mais importante entrega de um equipamento durante o período do coronavírus feita em toda a Bahia. Quando o coronavírus começou, na China, e começamos a ver as famílias sofrendo por causa da doença, um vídeo viralizou nas redes sociais em que um hospital foi montado em poucos dias, fruto da capacidade financeira e de infraestrutura daquele país. Não imaginava que pouquíssimo tempo depois Salvador teria que passar pelo mesmo desafio. Se me perguntassem naquele momento se seria possível construir um hospital com 90 leitos, sendo 50 deles de UTI, em 30 dias, eu diria que era uma missão quase impossível. No entanto, se tornou realidade", afirmou o prefeito.

Ao todo, 574 profissionais de saúde vão trabalhar na nova unidade. As especialidades incluem médicos clínicos, intensivistas, pneumologistas, cardiologistas e infectologistas, além de enfermeiros, auxiliares de enfermagem, fisioterapeutas, assistentes sociais, psicólogos e

# Palco e shows dão lugar a UTIs na Paralela



No Wet'n Wild, são disponibilizados 50 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 40 de enfermaria



O Memorial Itaigara tem 47 leitos de UTI para atendimento da covid-19



**Essa é a mais expressiva e a mais importante entrega de um equipamento em toda a Bahia. Não imaginava que pouquíssimo tempo depois [da China], Salvador passaria por esse desafio**  
ACM Neto *Prefeito*

farmacêuticos. Haverá serviços de ultrassom, radiologia e laboratório.

## ESTRUTURA

O hospital tem respiradores, monitoradores multiparamétricos que fazem a leitura dos sinais vitais do paciente e cardioversores, para reanimação. Durante a inauguração, Neto afirmou que autorizou a ampliação da unidade com mais 100 leitos de enfermaria. A tenda onde vai funcionar essa nova ala já está de pé, mas a prefeitura ainda está estudando quando eles estarão disponíveis para uso.

Os corredores e os quartos do novo hospital são amplos, iluminados e climatizados. A diretora geral da unidade, Ana Paula Pereira, disse que a criação de novos leitos no momento em que a Bahia se aproxima do pico de contaminação é uma ação funda-

## HOSPITAIS DE CAMPANHA

● **Paralela** Instalado na área do antigo Wet'n Wild conta com 50 vagas de UTI e outros 40 leitos clínicos

● **Itaigara** Inaugurado no dia 5, o Itaigara Memorial possui 47 leitos de UTI

● **Barra** Antigo Hospital Espanhol, na Barra, reaberto pelo governo do estado em 22 de abril, concentra 220 leitos, sendo 140 de UTI e 80 clínicos

mental para auxiliar a população e destacou a instalação de um túnel de desinfecção que foi colocado na saída do hospital de campanha.

"Aqui vamos oferecer leitos que conseguem dar suporte de terapia intensiva e leitos que conseguem dar um suporte de retaguarda fora de uma unidade hospitalar", explicou Ana Paula.

Ela disse ainda que é um reforço a mais para a rede de saúde que já existe em Salvador. "A relevância do túnel é que após a saída dos profissionais de saúde que não trabalham aqui, mas que vieram trazer pacientes, como as equipes do Samu e de bombeiros, antes de retornar aos veículos, eles passam pelo túnel de desinfecção. É uma proteção a mais para segurança das pessoas", contou.

COLABOROU MARINA HORTÉLIO COM ORIENTAÇÃO DA EDITORA MARIANA RIOS

# Taxa de ocupação cai com a chegada de leitos

Dados da Secretaria Estadual da Saúde (Sesab) apontam que, dos 1.090 leitos públicos do estado destinados à doença, 44% deles estavam ocupados conforme o último boletim da pasta. Nos leitos de UTI, a taxa de ocupação foi maior. Entre os 462 disponíveis, 255 estão em uso, ou seja, 55,2%.

A situação em Salvador antes da chegada do novo hospital era de 73% de ocupação dos leitos de UTI e 45% em enfermaria, segundo dados da Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

Atualmente, o tempo médio de ocupação de leitos nas unidades públicas da capital é de 14 dias para UTI e sete dias para clínicos. "A previsão era de colapso de leitos a partir do dia 14 [de maio]. No entanto, todo o esforço na oferta de novos leitos e de mais medidas de restrição chegaram à redução da taxa de transmissão para 7%, taxa essa que já chegou a 10%.

Então, esse colapso não vai acontecer agora", revelou ACM Neto.

A estimativa é de que o pico das infecções dure um mês, entre 20 de maio e 20 de junho. Os médicos reforçaram a necessidade do isolamento e do distanciamento social.

O atendimento no Wet'n Wild será feito através da regulação, ou seja, não adianta alguém doente procurar a unidade porque ela só vai receber pacientes transferidos de outros locais. O hospital tem uma câmara fria com capacidade para 28 cadáveres, e outra está sendo construída para abrigar até 42 corpos. A orientação do município é para que, nos óbitos registrados até as 14h, os sepultamentos aconteçam no mesmo dia.

O prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins, também acompanhou a inauguração. Assim como na capital, a cidade está com algumas atividades suspensas, como shoppings e academias, entre outros. Ele contou que o município está com quatro pacientes internados, dois deles estão em Feira e outros dois estão sendo atendidos em Salvador. O gestor cobrou mais consciência da população.

"Nos bairros há uma certa desobediência. No Centro da cidade as pessoas do comércio e do supermercado estão sendo cuidado de lavar as mãos e do uso de máscaras. No entanto, existem ainda muitas aglomerações."







## Sete milhões tiveram redução de salário ou contrato suspenso

**CRISE** A redução de jornada e salário ou suspensão do contrato de trabalho já atingiu mais de 7 milhões de brasileiros. De acordo com dados do Ministério da Economia, até as 14h de ontem, o programa lançado em 1º de abril para minimizar os impactos da pandemia de coronavírus e preservar empregos formais já reunia um total de 7.206.915 acordos fechados entre empresas e trabalhadores. Segundo dados da Pesquisa Nacional por

### 20,7%

**Dos empregados com carteira de trabalho no setor privado tiveram redução salarial de até 70% ou suspensão provisória do contrato de trabalho**

Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNAD Contínua) do IBGE, o Brasil tinha no trimestre encerrado em março 34,736 milhões de trabalhadores formais, incluindo os domésticos.

O número de acordos representa 20,7% dos empregados com carteira de trabalho no setor privado, ou seja, cerca de um em cada cinco trabalhadores formais já teve corte de salário ou contrato suspenso no país. Quando lançou o programa, o governo estimou atender 24,5 milhões de trabalhadores formais, o que representa mais de três vezes mais do que o número de acordos fechados até o momento.

Em razão da pandemia, o governo autorizou redução de jornada e salário de 25%,

50% ou de 70% por um prazo máximo de 90 dias, e a suspensão total do contrato de trabalho por até dois meses. De acordo com o Ministério da Economia, 54,9% dos trabalhadores atingidos pela medida tiveram seus contratos de trabalho suspensos - ou 3.956.915 empregos. A redução de 50% na jornada e salário representa 17,2% (1.239.084), enquanto a diminuição de 25% tem 13,4% (964.073). A redução de 70% chegou a 12,2% (879.774) e os trabalhadores intermitentes respondem por 2,3% (167.069) do total.

A Medida Provisória 936, que criou o programa, prevê também a garantia no emprego por um período igual ao da suspensão do contrato ou da redução da jornada.

## Dólar sobe com tensão política e bate novo recorde

**ALTA** Após passar a maior parte do dia em queda, o dólar mudou de rumo no meio da tarde - e bateu novo recorde de fechamento de ontem, na esteira do agravamento das tensões políticas.

A moeda americana encerrou o dia vendida a R\$ 5,8691, em alta de 0,86%, batendo novo recorde nominal de cotação, ou seja, sem considerar a inflação. Na máxima do dia, chegou a R\$

5,8860. Já o dólar turismo fechou a R\$ 6,0767, sem considerar o IOF. No ano, o avanço do dólar chegou a 46,37%. No mês, a alta acumulada é de 7,89%.

Pela tarde, o aumento da tensão política em Brasília pesou sobre a cotação do dólar, por conta do vídeo da reunião ministerial do dia 22 de abril, visto em meio à acusação do ex-ministro Sérgio Moro de interferência

do presidente Jair Bolsonaro na Polícia Federal.

No cenário externo, a China anunciou ontem uma nova lista de 79 produtos dos EUA elegíveis para isenções das tarifas retaliatórias adotadas no ápice da guerra comercial bilateral. Essas medidas ocorrem no momento em que a China está gradualmente retomando sua atividade industrial, paralisada desde o final de janeiro.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 13/05/2020	Página:

# Correio\*

## miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

Todos os indícios mostram que o presidente da República tentou, diversas vezes, inclusive contrariando publicamente o então ministro da Justiça, interferir na Polícia Federal para que ela servisse aos seus propósitos. O presidente deu várias respostas, todas contraditórias, para tentar se defender dessa acusação que ganha contornos cada vez mais sólidos. O procurador-geral da República, Augusto Aras, tem o poder de arquivar esse inquérito que ele mesmo pediu para abrir, mas quanto mais transparente for cada etapa da investigação mais difícil será dizer que nada de errado aconteceu.

Ontem, ao fim da sessão de exibição do vídeo para procuradores, policiais federais, PGR, o ex-ministro Sérgio Moro e o advogado-geral da União, houve duas versões. Quem assistiu disse a jornalistas que era uma prova definitiva da interferência na Polícia Federal, e o presidente, em entrevista mambembe, de cima da rampa no Planalto, negou:

"A preocupação, desde a facada, foi com a segurança minha e da minha família. Em Juiz de Fora, o Adélio cercou meu filho, no vídeo, no meu entender, talvez quisesse assassiná-lo ali. A segurança da minha família é uma

coisa, não estou preocupado com a Polícia Federal, a Polícia Federal nunca investigou ninguém da minha família".

É natural que depois de passar pelo que ele passou em Juiz de Fora ele se preocupasse mais com a proteção da família. Nada disso tem a ver com o ministro da Justiça. Bastava falar com o ministro que comanda o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, das suas apreensões. Certamente a segurança seria reforçada para a tranquilidade do presidente.

Mas todo o conflito foi com o então ministro da Justiça, toda a pressão foi para tirar o diretor-geral da Polícia Federal Maurício Valeixo, porque queria outro com quem ele tivesse mais "afinidade", e o fim último era trocar o superintendente no Rio de Janeiro. Não faz sentido, se a preocupação era

## Uma acusação que avança

### Todos os outros argumentos que Bolsonaro usou ontem são sem sentido

a segurança da família.

Dentro do governo argumentam em favor do presidente certas minúcias. Ai é que está. Esse tipo de argumentação de detalhes só mostra a posição de fragilidade em que já se encontra o governo. O argumento de que Valeixo disse que nunca ocorreu interferência enquanto ele estava lá só confirma que Moro e Valeixo foram impedimentos para que Bolsonaro realizasse seu projeto e por isso eles precisa-

ram ser removidos.

Não fica de pé o argumento que Bolsonaro usou ontem de que não falou em "Polícia Federal" durante a reunião. Nem precisava. Se a bronca era sobre Moro, que era o chefe hierárquico da Polícia Federal, de que outro órgão ele estaria falando? E os fatos que se seguiram à reunião do dia 22 mostraram que era isso mesmo que ele queria que acontecesse, tirar um diretor sem qualquer motivo aparente, mesmo que para isso precisasse derrubar um ministro, para assim nomear seu amigo Alexandre Ramagem. E trocar o superintendente do Rio.

Todos os outros argumentos que Bolsonaro usou ontem são sem sentido, como o de que ele poderia destruir a flita. Não poderia. Seria obstrução de Justiça, destruição de prova. Ele estaria muito mais encrencado ainda.

A maneira absurda e criminosa com que Bolsonaro está agindo durante esta crise, que só no dia de ontem matou 881 pessoas, já é motivo suficiente para o afastamento do presidente. Ele não conseguiu entender até este momento, diante de 12.400 mortos, que riscos os brasileiros correm diariamente. Ainda ameaça quem não cumprir seus decretos desprovidos de razão, como o da liberação de academias e salões, e defende a tese de que não precisa ouvir o Ministério da Saúde.

No meio desta pandemia que nos sangra, com uma crise econômica brutal, o país é exaurido em suas forças pelos problemas criados pelo presidente. Tanto a demissão de Mandetta quanto a de Moro foram crises que ele inventou para tumultuar ainda mais a situação do país.

A soma dos indícios que já se acumulam em torno dele mostra que Bolsonaro gastará os próximos meses se defendendo, na PGR ou no Congresso. Suas únicas saídas são a de Aras preparar uma pizza ou de o centrão evitar seu naufrágio. Nesse último caso, nada sobrar da política econômica com a qual o ministro Paulo Guedes defendeu sua eleição junto aos agentes econômicos.



Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 13/05/2020	Página:

**Correio\***

---

## **TURISMO JÁ PERDEU R\$ 62,56 BI DESDE INÍCIO DA PANDEMIA**

**ISOLAMENTO** O setor de turismo brasileiro já perdeu R\$ 62,56 bilhões desde o início da pandemia do novo coronavírus, calculou a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O levantamento considera um período de quase dois meses: desde 15 de março, poucos dias após a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretar oficialmente estado de pandemia, até 10 de maio. Informações coletadas pela CNC sobre os 16 maiores aeroportos do Brasil, que detêm mais de 80% do fluxo de passageiros, mostram que as taxas de cancelamento de voos nacionais e internacionais saltaram de uma média diária 4% nos primeiros dias de março para 93% até o final do mesmo mês.



# Setor de serviços tem pior março em 8 anos

**Crise** Pandemia do novo coronavírus derrubou a atividade no estado

**Priscila Natividade**  
REPORTAGEM  
priscila.oliveira@redabahia.com.br

O setor de serviços na Bahia registrou o pior mês de março em oito anos, com quedas tanto em relação a fevereiro de 2020 (-7,8%) quanto a março do ano passado, período em que chegou a -12%. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ontem.

O quadro negativo se repete ainda em relação aos números nacionais no comparativo de fevereiro e março deste ano, em que o desempenho balano foi o pior entre os estados, diante da média de queda no país de 6,9%. Ainda de acordo com o levantamento, apesar de ser o segundo resultado negativo consecutivo, o ritmo de queda se acelerou bastante, já que de janeiro para fevereiro a queda foi de 0,1%. Cenário que preocupa o presidente da Fe-

**\* MARÇO APRESENTA MAIOR QUEDA DO SETOR DE SERVIÇOS DA BAHIA EM 8 ANOS**



deração do Comércio (Fecomércio-BA), Carlos Andrade.

“Esses números deixam a gente ainda mais preocupados. Desde o início o setor quer preservar as vidas. Trabalho no setor de saúde desde 1956 e nunca vi um negócio tão grave como esse. Quando as pessoas circulam menos, elas compram menos e é justo porque estamos em quarentena e o consumo cai. O comércio entende as medidas e a grande saída tem sido o comércio eletrônico”, afirma.

Andrade pontua que o estímulo aos serviços de plataformas de venda, drive thru e de delivery também ajudam neste momento, porém, é preciso que as linhas de crédito cheguem até os negócios, sobretudo, os médios e pequenos.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Luciano Lopes é mais um que defende que investimentos sejam feitos no setor nesse momento de pandemia. “Salvador tem uma economia muito lastreada no setor de serviços. E nos hotéis, os problemas são mais graves ainda. Os restaurantes ainda têm o delivery, mas nos hotéis essa receita é zero mesmo. Em Salvador, 30 mil empregos diretos estão ligados a hotelaria. Estamos fazendo um acordo emergencial junto a Banco do Nordeste para o crédito emergencial possa chegar realmente na caixa”, pontua.

## EMPREGO

Com o resultado de março, o setor de serviços na Bahia acumula agora uma queda de 6,8% no primeiro trimestre do ano, o segundo pior desempenho na área entre todos os estados, acima só do Piauí (-7%). No Brasil, os serviços acumulam recuo de 0,1% em 2020.

Segundo o presidente executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel-BA), Luiz Henrique

Amaral, cerca de três em cada dez bares e restaurantes estão oferecendo delivery, com base em um levantamento preliminar feito pela entidade.

“Porém, as empresas que ofertam o sistema de delivery, o ganho representa até 20% do faturamento total. O quadro atual gera uma expectativa da ordem de até 60% de fechamento dos bares e restaurantes, o que pode vir a representar cerca de 25 mil empresas e cerca de 125 mil empregos diretos. No mês de maio estaremos recebendo de volta os colaboradores que tiveram a suspensão do contrato de trabalho pela MP-936, tendo garantia de estabilidade no emprego por 60 dias, mesmo ainda fechados ou funcionando parcialmente. Enfim, são enormes os desafios”, analisa.

Para o presidente da Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação (FEBHA), Silvio Pessoa, a necessidade de prorrogar a Medida Provisória (MP-936) que permite a redução de carga horária e suspensão dos contratos é urgente.

“O setor antecipou as férias, suspendeu contratos mas precisamos urgentemente que a MP seja estendida, pelo menos, em mais 180 dias. A gente não vai conseguir dar esta estabilidade de dois meses. Estamos falando de um setor que é o primeiro a ser prejudicado e o último a sair da crise. Já demitimos mais de 30% dos funcionários de hotelaria e 40% dos que trabalham em bares e restaurantes”.

A queda no volume de serviços é resultado de um recuo em todos os cinco grupos de atividade que são contabilizados pelo IBGE. Os serviços prestados às famílias caíram 35,8%. O segundo maior recuo é da área de outros serviços, que caiu 15,9% e já vinha de queda de 20,1% em fevereiro.

## ENTREVISTA CARLOS ANDRADE

# Federação do Comércio cobra mais crédito

ARISSON MARINHO/ARQUIVO CORREIO



O governo federal prometeu uma linha de crédito mas esse dinheiro não está chegando. A afirmação é do presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado (Fecomércio-BA), Carlos Andrade. Para ele, o setor precisa de recursos para manter os negócios no pós-pandemia. Em entrevista ao CORREIO, o presidente da Fecomércio-BA, destaca os desafios para reverter os efeitos da crise e como o setor está buscando soluções para assegurar os empregos. Confira:

### Quais são as perspectivas para o setor quando a economia voltar?

Estamos começando a planejar o pós-pandemia. A nossa preocupação agora é com a falta de recursos. Nós temos certeza que as empresas não vão voltar ao mesmo nível que funcionavam antes. O empresário não tem nenhuma garantia ainda de que vai continuar com a porta aberta, ainda assim a nossa expectativa é que nesse retorno a gente venda menos, mas venda alguma coisa. O grande problema é que não se sabe quando isso vai passar.

### Como andam as negociações do setor de serviços junto a Prefeitura, Governo do Estado e também na esfera Federal na busca por soluções?

Tanto a prefeitura de Salvador quanto o Governo do Estado tem dialogado muito com a gente buscando alternativas. Existe uma boa vontade. Quanto a Brasília, eu gostaria que depois dessa epidemia todo o custo de lá fosse mandado para os municípios. Se viesse, pelo menos, metade desse dinheiro nós teríamos outro país. O Governo federal acena que o dinheiro vai sair, mas está difícil ver esse dinheiro. Se vem, chega a conta gota e não alcança os pequenos e médios negócios.

**CARLOS ANDRADE É PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DA BAHIA**



TIAGO CALDAS



# Tribuna

## Surpresa

### Policlínicas

O governador Rui Costa anunciou ontem a reabertura das Policlínicas Regionais de Saúde na Bahia já foi iniciada e ocorre em alinhamento com os gestores municipais. Rui ainda informou que a Policlínica de Barreiras voltou a atender à população ontem. Segundo a Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), na próxima segunda-feira (18), as unidades de Irecê, Valença, Senhor do Bonfim e Teixeira de Freitas serão reabertas.

Chamou a atenção de assessores do governo Rui Costa (PT) a assinatura do promotor Rogério Luiz Gomes de Queiroz num conjunto de recomendações feitas pelo Ministério Público Estadual à secretaria estadual de Saúde para as contratações relativas ao combate do coronavírus na Bahia. Rogério foi um dos cinco candidatos a chefe do MP apoiado pela ex-procuradora geral de Justiça, Ediene Lousado, que acabou sendo sucedida pela postulante da oposição, a procuradora Norma Cavalcanti.

## Contas

Em sessão ordinária, na tarde de ontem, o plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) desaprovou a prestação de contas da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic), unidade vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), relativas ao ano de 2016, e, em decorrência da gravidade das irregularidades apontadas pelas equipes de auditores, decidiu também pela aplicação de multa de R\$ 6 mil ao diretor-presidente Jairo Pinto Vaz. Entre as irregularidades apontadas encontram-se a fragilidade no controle das receitas decorrentes das concessões remuneradas de uso, a realização de concessões de uso remuneradas mediante inexigibilidade de licitação, pagamento realizado a maior referente ao contrato nº 016/2016 e terceirização de serviços da área-fim da autarquia.

## Pense num absurdo

Enquanto o governo mostra descaso com as longas filas enfrentadas por desempregados e informais para receber o auxílio emergencial de R\$ 600 nas agências da Caixa Econômica Federal, quase 190 mil militares foram contemplados com o coronavoucher sem qualquer trabalho. É o que informa blog do Vicente, hospedado no jornal Correio Braziliense. Dados do governo revelam que 189.695 militares da ativa, da reserva, reformados, pensionistas e anistiados receberam o auxílio emergencial, totalizando R\$ 113.816.990,00. Depois que a notícia correu, o Ministério da Defesa disse que "verifica a possibilidade de recebimento indevido de valores referentes ao auxílio emergencial, concedido pelo Governo Federal no período de enfrentamento à pandemia do coronavírus, por integrantes da folha de pagamentos deste Ministério".

# Tribuna

## Rui garante que vai reaver R\$ 49 milhões pagos por respiradores

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

O governador Rui Costa (PT) disse, ontem, que vai reaver os R\$ 49 milhões perdidos com compra de respiradores. Uma empresa da Califórnia, nos Estados Unidos, negociou 600 ventiladores pulmonares, mas não entregou os produtos. A aquisição dos equipamentos foi feita para atender as demandas de estados do Nordeste por causa da pandemia do coronavírus, e a Bahia representou a região no acordo.

O presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, Charles Andrew Tang, chegou a di-

zer que o governo baiano não iria recuperar o dinheiro porque a empresa americana não existe. Ontem, Rui rebateu esta declaração. "Eu acho que o presidente da Câmara Brasil-China é a pessoa apropriada para falar da idoneidade de empresas chinesas. Não de empresa americana. Eu quero reafirmar que nos contatos, inclusive, feitos hoje (ontem) com a empresa, que temos o contrato e não cumpriu os prazos, (a empresa) voltou a reafirmar que até sexta-feira a devolução dos recursos será feita ao governo do Estado da Bahia. E já fez o anúncio no contato com o Estado que abrirá uma ação indenizatória para processar todos aqueles que prejudicaram a imagem da empresa deles. Quando o recurso

estiver no governo do Estado, o governo do Estado da Bahia vai acionar com ação penal e indenizatória a todos que divulgaram calúnia ou difamação sobre qualquer ação do Estado. Infelizmente, há um verdadeiro estímulo nacionalmente para que calúnias, mentiras e notícias falsas sejam espalhadas pelo Brasil afora, e nós estamos entrando com diversas ações penais e representações também no Ministério Público para que o Ministério Público agir. Em tempo de pandemia, o que nós precisaríamos é ter outro ambiente no Brasil, de seriedade, de cooperação. Onde muitos buscassem ajudar, mas infelizmente muitos estão procurando tumultuar, mentir e caluniar", declarou o governador, em



O GOVERNADOR Rui Costa (PT) disse, ontem, que vai reaver os R\$ 49 milhões perdidos com compra de respiradores

entrevista à TV Bahia.

Ontem, por meio de carta enviada ao secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, Charles Andrew Tang disse que falou "genericamente sobre os episódios, reportados pela mídia, encontrados por vários estados na compra de respiradores". "Da mesma maneira que comentei sobre os problemas noticiados sobre

outros estados, escutei dizer que a Bahia tinha comprado respiradores de empresa americana que não existia", emendou Tang.

Rui Costa afirmou ainda desconhecer o procedimento aberto pelo Ministério Público da Bahia (MP-BA) para investigar possíveis de irregularidades na compra de respiradores pelo governo do Estado. "Estou sabendo

dessa informação por você (o jornalista) ao vivo aqui na TV. (...) Não sei se o secretário foi notificado. Estou sendo informado aqui ao vivo. Vou tomar a informação, mas está tudo transparente (...) Queremos transparência total porque não temos nada a esconder. Quanto mais transparência, quanto mais fiscalização, mais confiança teremos da população", salientou, ao ressaltar que montou um comitê da transparência com a participação do Ministério Público e o Tribunal de Contas para fiscalizar a compra dos equipamentos usados na pandemia.

O chefe do Executivo baiano declarou ainda que vai "ignorar" o decreto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) que amplia os serviços essenciais. Pelo texto, salão de beleza, barbeiras e academias de ginásticas também são atividades consideradas essenciais. "As nossas medidas restritivas serão mantidas respeitando critérios científicos reconhecidos mundialmente. A Bahia vai ignorar as novas diretrizes do governo federal. Manteremos nosso padrão de trabalho e responsabilidade. O objetivo é salvar vidas. Não iremos nos afastar disso", escreveu o governador, em sua rede social.

## VOTAÇÃO

### AL-BA aprova regulamentação de abono para servidores



A AL-BA aprovou o projeto de lei que regulamenta o abono permanência a servidores estaduais

Depois de um questionamento da bancada de oposição, a Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) alterou um ato interno para permitir a votação de todas e quais matérias legislativas por meio de sessões virtuais. A nova medida, que valerá até quando perdurar a situação de distanciamento social causada pelo coronavírus, foi publicada no Diário Oficial do Legislativo de ontem.

Os deputados estaduais iriam votar o projeto de lei sobre o abono de permanência do funcionalismo público estadual quando os opositoristas levantaram a questão se poderia haver a apreciação de proposta que não tratasse sobre a pandemia. O líder do gover-

no na AL-BA, Rosemberg Pinto (PT), então, defendeu regulamentar a situação para "não gerar nenhuma dúvida".

Pelo novo ato, as sessões virtuais terão que ser convocadas para dia e horário previamente comunicado com antecedência mínima de 24 horas. Cada encontro por videoconferência deverá ter duração máxima de seis horas, com prorrogação a critério da Presidência.

Ontem, os parlamentares aprovaram, com emendas, o projeto de lei que restringe o abono permanência, benefício a que fazem jus policiais e os funcionários públicos estaduais que atingem as condições de aposentadoria, mas permanecem no serviço ativo.

Relatado pelo deputado Paulo Rangel (PT), o texto aprovado foi quase um substitutivo, segundo a assessoria de comunicação da AL-BA, pois alterou de forma significativa a proposta original que reconhecia o direito adquirido, mas vedava a concessão de novos abonos permanência – incentivo para retardar a aposentadoria do funcionalismo civil e militar. O fim do dispositivo, que livra do desconto previdenciário de 14% aqueles que permanecerem na ativa, chegou a dividir a bancada governista.

Agora, permanece o benefício para funcionários que já estão em gozo do abono permanência, mas até primeiro de janeiro de 2022 nenhum caso novo será ad-

mitido. A partir daí fica estabelecido um teto nos três poderes e no Ministério Público para a concessão de novos abonos, que não poderá ultrapassar 10% do quadro total de servidores efetivos em cada um dos três poderes e do MP. Fica também proibido qualquer pagamento retroativo aos beneficiados.

Ontem, o presidente da AL-BA, Nelson Leal (PP), afirmou ainda que para esvaziar a pauta vai convocar sessões extraordinárias entre os dias 14 e 18 de maio. "A AL-BA continua cumprindo o seu papel constitucional de legislar e de apreciar as propostas legislativas apresentadas pelo Legislativo e pelo Executivo", disse o presidente Nelson Leal.



# Tribuna

## DESEMPENHO

### Exportações baianas crescem 2,1 por cento no quadrimestre

Mesmo com queda da demanda global, as exportações baianas vêm conseguindo manter, no ano, crescimento frente ao mesmo período do ano passado. Embora tenham recuado 18,5% em abril (US\$ 502,7 milhões) basicamente por conta da contração de 16,2% nos preços dos bens vendidos, as vendas externas no quadrimestre acumularam US\$ 2,44 bilhões surpreendendo positivamente, e superando em 2,1% as receitas de igual período de 2019.

“Os volumes embarcados de derivados de petróleo, celulose, soja e algodão no ano registraram crescimento, mais do que compensando a queda de preços decorrente do cenário global atual”, ressalta o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro. As informações foram analisadas pela Superintendência de Estu-

dos, mas que foi compensado pelo aumento do volume exportado que subiu 29,7%. Mais que dobrou a quantidade embarcada de derivados de petróleo em 102,6%, em função do aumento das compras da Ásia, sobretudo de Cingapura, destino de 95% das vendas do segmento, assim como de papel e celulose (20,2%) com demanda externa aquecida por conta do aumento do consumo de papéis para fins sanitários/higiene em tempos de pandemia; soja e derivados (5,6%) via aumento de produção e da demanda chinesa além do algodão (70,7%) que deve bater recorde de produção e exportação este ano.

O bom desempenho desses segmentos evidencia a competitividade das exportações, favorecida por uma taxa de câmbio real mais desvalorizada, além de uma demanda mundial

que foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento (Seplan).

Com o resultado de abril, a balança comercial da Bahia acumula um superávit de US\$ 928,9 milhões em 2020, contra um déficit de US\$ 71,8 milhões registrado em igual período do ano passado. As exportações somam US\$ 2,44 bilhões com incremento de 2,1% e as importações em US\$ 1,67 bilhão com queda de 32,2%. A corrente de comércio atingiu US\$ 4,1 bilhões com retração de 15,3%. Do lado das importações – US\$ 1,67 bilhão e queda de 32,2% - há um processo de desaceleração acentuada em curso, refletindo a atividade econômica doméstica semiparalisada.

O aumento das exportações no quadrimestre ocorreu mesmo com uma contração significativa de 21,3% nos preços dos bens vendi-

das desvalorizada, além de uma demanda mundial resiliente, sobretudo a asiática. As exportações baianas para a Ásia até abril cresceram 31,1% ante igual período do ano passado, atingindo US\$ 1,26 bilhão ou o correspondente a 51,8% do total das vendas externas do estado. O volume embarcado para a China teve alta de 40,3%, enquanto para Cingapura o crescimento foi de 243,5%. Por outro lado, caíram 10% os embarques para os Estados Unidos e 33,1% para a Argentina, rebaixados este ano para terceiro e quarto destinos mais importantes para as exportações baianas.

Em movimento inverso, as importações aprofundaram a retração com queda, só em abril, de 39,2% - US\$ 353,6 milhões, registrada em quase todas as categorias de uso. Houve recuo nas compras de combustíveis (-86,5%), bens de consumo (-67%) e bens intermediários (-30,1%).

# Tribuna

## Safra baiana de grãos tem aumento de 7% ante 2019

YURIABREU  
REPORTER

Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a safra baiana de grãos, teve um aumento de 7,0% (ou mais 581.971 toneladas) em relação à safra de 2019 (8.283.660 toneladas).

Isso representa uma produção de 8.865.631 toneladas, um aumento de 1,9% maior que a de março. Isso ocorreu por conta da revisão para cima na estimativa de produção baiana de soja em 2020, com destaque para as cidades de Formosa de Rio Preto e São Desiderio, além de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, no Oeste baiano.

Além da soja, a previsão da safra de algodão contou com um aumento de 0,7%.

A estimativa de abril é de uma safra de 1.390.000 toneladas, frente à 1.380.000 toneladas em março. Com isso, a Bahia deve manter a oitava maior produção de grãos do país, respondendo por 3,6% do total nacional. Mato Grosso deverá continuar na liderança da produção nacional de grãos neste ano, respondendo por 27,9% do total, seguido, mais uma vez, por Paraná (16,7%) e Rio Grande do Sul (11,4%).

Tanto a soja quanto o algodão estão inseridos no crescimento das exportações baianas. Segundo publicação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento (Seplan), embora tenham recuado 18,5% em abril (US\$ 502,7 milhões) basicamente por conta da scontração de 16,2% nos preços dos bens vendidos.

# Tribuna

## ‘Prorrogação de auxílio é assunto para Guedes’



**JAIR BOLSONARO** disse ontem que a possibilidade da prorrogação do pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 durante a pandemia de covid-19 é assunto para Guedes

### ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que a possibilidade da prorrogação do pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 durante a pandemia de covid-19 é assunto para o Ministério da Economia. "Quem fala sobre Economia (prorrogação do auxílio) é o Paulo Guedes. Cada R\$ 600 (a mais) significam R\$ 30 bilhões (de gastos)", disse Bolsonaro a jornalistas no momento em que ele esteve na rampa do Palácio do Planalto.

Ele evitou comentar sobre quando irá sancionar o pacote de socorro a Estados e municípios aprovado no Congresso e se irá vetar ou não a permissão para reajuste salarial a várias categorias de funcionários públi-

cos que teriam salários congelados até o final de 2021.

A suspensão dos reajustes seria a contrapartida de governos para receberem os recursos, um total de R\$ 60 bilhões do Tesouro, além da suspensão da dívida. Durante a tramitação da proposta no Congresso, no entanto, alguns setores foram excluídos do congelamento de salários.

Indagado sobre como avaliava o fato de o ministro da Saúde, Nelson Teich, ter sido informado pela imprensa da edição do decreto presidencial para que mais áreas - como salões de beleza, barbeiros e academias - fossem consideradas essenciais e autorizadas a funcionar durante a pandemia, Bolsonaro respondeu apenas que essa "ampliação é competência minha e do Executivo".

O presidente reafirmou que Estados e municípios que não quiserem cumprir a medida deverão buscar suporte na justiça ou no Congresso, por meio de um projeto.

Centrão - Mais novo aliado do presidente Jair Bolsonaro, o bloco de partidos chamado de Centrão quer um governo mais "gastador" e promete pressionar a equipe econômica para abrir os cofres por meio de propostas no Congresso, destaca o jornal O Estado de S. Paulo. A ala política do governo reconhece que precisará fazer acenos e conceder vitórias aos parlamentares para consolidar a aliança.

A ordem até o momento, no entanto, é evitar uma "flexibilização radical" que coloque em xeque a agenda liberal e de austeridade

do ministro da Economia, Paulo Guedes. Um "cavalo de pau" na economia neste momento poderia significar o desembarque de Guedes, o que só arranharia a imagem do governo Bolsonaro enquanto o presidente ainda busca sobreviver às crises econômica e política deflagradas pela pandemia do novo coronavírus e pelas acusações de tentativa de interferência na Polícia Federal.

Nas últimas semanas, Guedes recebeu em diferentes ocasiões o respaldo público do presidente após ter entrado na mira do "fogo amigo" por insistir no discurso de manutenção da política de ajuste fiscal na fase pós-crise. Mas o Centrão, fortalecido por Bolsonaro, deve continuar buscando a aprovação de medidas de seu interesse no Congresso.

# Tribuna

## Governo quer acelerar impressão de dinheiro para pagar auxílio, diz jornal

DA REDAÇÃO

Governo federal e Banco Central ficaram surpresos com a quantidade de brasileiros que foram às agências bancárias para sacar o auxílio emergencial de R\$ 600 em espécie. Temendo faltar dinheiro em papel, a ideia é, segundo o jornal O GLOBO, acelerar a produção de cédulas na Casa da Moeda.

De acordo com o jornal, o Banco Central já teria pedido à Casa da Moeda que imprimisse mais dinheiro físico, como antecipou a Reuters no último final de semana. O objetivo é aumentar o estoque e garantir que este seja suficiente para pagar a segunda e a terceira parcelas do auxílio, que tiveram seus calendários adiados pelo governo.

A avaliação interna é de

que os níveis de cédulas estão baixos e podem apresentar riscos para os pagamentos do auxílio de R\$ 600. O BC aponta que houve um aumento expressivo de dinheiro em circulação no Brasil desde o início da liberação do benefício.

Desde a data do primeiro pagamento, 9 de abril, até a última sexta-feira (8, último dia com registro disponível) o total de dinheiro em circulação no Brasil subiu

R\$ 36,4 bilhões. Para pagar o auxílio, a Caixa Econômica Federal já liberou ao menos R\$ 35,5 bilhões a 50,5 milhões de pessoas.

A tendência, portanto, é que esse número aumente ainda mais com a conclusão do pagamento da primeira parcela e a liberação das seguintes. Por conta dessa demanda, o BC já teria pedido a aceleração da impressão de dinheiro.

Veículo: Política Livre	
Data: 13/05/2020	Caderno: Economia



13 de maio de 2020 | 09:43

## ***Vendas no comércio caem 2,5% e têm pior março desde 2003***

### **ECONOMIA**

As vendas do comércio brasileiro caíram 2,5% em março, já com efeitos na pandemia do novo coronavírus. Foi o pior desempenho desde março de 2003. Entre os oito setores pesquisados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apenas supermercados e produtos de higiene e limpeza se salvaram.

É o quarto indicador dos efeitos das primeiras semanas de isolamento social sobre a economia brasileira. A OMS (Organização Mundial de Saúde) decretou pandemia no dia 11 de março. Nas semanas seguintes, estados e municípios começaram a decretar restrições à circulação de pessoas.

O setor de serviços, responsável por 60% do PIB (Produto Interno Bruto), teve queda recorde no mês, de 6,9%. Já a produção industrial, afetada pela queda nas vendas, caiu 9,1%, no pior resultado desde a greve dos caminhoneiros de 2018.

Com isso, a taxa de desemprego avançou para 12,2% no trimestre encerrado em março, com 1,2 milhão de pessoas a mais na fila por uma vaga. No comércio, por exemplo, o fechamento de vagas foi o maior da série histórica iniciada em 2012.

Considerando o segmento de Veículos, partes e peças e materiais de construção, o chamado varejo ampliado recuou 13,7% no mês passado, a queda mais intensa desde o início da série histórica do IBGE, em fevereiro de 2003.

“Março foi bastante impactado pela estratégia de isolamento social adotada em algumas das cidades mais importantes e populosas a partir da segunda quinzena do mês”, diz o gerente da pesquisa, Cristiano Santos, acrescentando que 14,5% das empresas registraram a Covid-19 como principal causa de variação das suas receitas.



Na comparação com março do ano passado, o recuo nas vendas foi de 1,2%. Em 2020, as vendas do varejo ainda acumulam alta de 1,6%. Em 12 meses, o aumento é de 2,1%.

O isolamento teve impacto distintos, diz o IBGE. Atividades que tiveram lojas físicas fechadas registraram grandes recuos. É o caso de Tecidos, vestuário e calçados (-42,2%), Livros, jornais, revistas e papelaria (-36,1%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-27,4%).

Já aquelas consideradas essenciais se destacaram no campo positivo. As vendas do segmento de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo subiram 14,6% e as de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 1,3%.

O setor de perfumaria, sabão e limpeza foi um dos únicos que se salvou ao colapso na produção industrial em março, com alta de 0,7% em relação ao mês anterior. Naquele mês, a indústria teve o recuo mais disseminado da série histórica, com queda em 23 dos 26 ramos pesquisados.

Os resultados de março são impactados apenas pelos dados do final do mês, quando foram iniciadas as restrições ao funcionamento de comércio e serviços. A expectativa é que em abril, com a maior parte dos estados já em isolamento durante todo o mês, os efeitos sejam ainda maiores.

Na indústria, por exemplo, o nível de ociosidade atingiu recorde histórico no mês passado, registrando a queda mais rápida de série histórica pesquisada pelo Ibre/FGV.

Na sexta (8), economistas ouvidos pelo Banco Central para a produção do boletim Focus reviram suas projeções para a retração do PIB de 2020 de 3,76% para 4,11%. O governo deve rever também a sua expectativa, para queda entre 4% e 5%.

Veículo: Política Livre	
Data: 12/05/2020	Caderno: Economia



12 de maio de 2020 | 21:58

## ***Governo vai revisar projeção do PIB de 2020 para queda de 4% a 5%***

### **ECONOMIA**

O Ministério da Economia vai revisar a projeção do PIB (Produto Interno Bruto) do país em 2020 de um crescimento de 0,02% para queda entre 4% e 5%, informaram à Folha membros da pasta. A estimativa oficial será apresentada pela Secretaria de Política Econômica na manhã desta quarta-feira (13).

Ao refazer as contas para estimar o desempenho da atividade, o ministério vai tentar se alinhar às estimativas de mercado. O boletim Focus, divulgado na segunda-feira (11) pelo Banco Central, mostra que as instituições financeiras já esperam uma retração de 4,11% na economia brasileira neste ano.

A nova projeção do governo ainda pode ser otimista, a depender da base de comparação. Avaliação do FMI (Fundo Monetário Internacional) divulgada em abril aponta que o recuo do PIB brasileiro pode chegar a 5,3% em 2020.

No fim de março, o governo já havia cortado as estimativas oficiais para o PIB de uma alta de 2,1% para crescimento próximo de zero.

A deterioração da economia é observada em velocidade acelerada. A crise se intensificou a partir do meio de março, quando cidades e estados passaram a aplicar medidas restritivas de circulação e fechamento do comércio.

Desde então, setores da economia passaram a registrar perdas e buscar ajuda do governo. As demissões registraram alta e o número de trabalhadores com contratos suspensos ou reduzidos ultrapassa 7 milhões.

A nova revisão vai afetar as contas do governo. Com a perspectiva de que a economia vai desabar neste ano, as estimativas de arrecadação tributária devem sofrer forte queda, criando um descompasso ainda maior no Orçamento.

Cálculos preliminares dos técnicos da área econômica feitos antes da revisão do PIB já apontavam que a projeção de déficit primário do governo federal em 2020 iria superar R\$ 600 bilhões.

A ampliação do descasamento entre as receitas e os gastos do governo, desta vez, não vai forçar o Executivo a cortar verbas de ministérios. Isso porque o governo pediu ao Congresso o reconhecimento de estado de calamidade pública no país.

A medida, com validade até 31 de dezembro deste ano, foi adotada em razão da necessidade de elevar gastos públicos. Com ela, o governo não será mais obrigado a cumprir a meta fiscal e, portanto, não precisa contingenciar recursos (o aval é dado pela Lei de Responsabilidade Fiscal).

*Folhapress*



mercado **coronavírus**

# Déficit pode ir a R\$ 1,2 tri e levar dívida a 100% do PIB, diz estudo

cenário para 2020 considera alta no rombo com extensão de medidas contra crise

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Trabalho coordenado pelo economista Marcos Lisboa, presidente do Inspere e colunista da Folha, estima que a despesa extraordinária com a pandemia de coronavírus pode superar R\$ 900 bilhões. Com isso, o déficit nas contas públicas irá a R\$ 1,2 trilhão em 2020, cerca de dez vezes o projetado no início do ano.

Atingido esse valor, a dívida bruta do governo vai superar 100% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano e deverá levar pelo menos uma década para ficar novamente abaixo desse patamar, com grandes chances de não retornar ao nível anterior à crise, de 76%.

De acordo com o estudo "Impacto Fiscal da Pandemia: Andando sobre Gelo Fino", feito em conjunto com os economistas Marcelo Guzzano, Vinícius Botelho e Marcos Mendes, este último também colunista da Folha, antes da pandemia estava previsto um rombo de R\$ 115 bilhões nas contas públicas. Considerando as medidas já anunciadas pelo governo, o valor ficará em R\$ 712 bilhões.

O déficit pode chegar à marca de R\$ 1,2 trilhão diante da hipótese, cada vez mais provável, de que seja necessário estender algumas medidas. O gasto com o auxílio emergencial de R\$ 600 é estimado em quase R\$ 150 bilhões até junho. Sua prorrogação por três meses dobra esse valor.

Manter até dezembro a complementação salarial para quem teve contrato de trabalho suspenso ou redução de jornada, com uma ampliação da compensação para salários abaixo de R\$ 3.000, geraria um gasto extra próximo desse patamar. A ampliação da ajuda a estados e municípios pode acrescentar quase mais R\$ 100 bilhões à conta.

Os quatro pesquisadores traçaram diversos cenários para a dívida bruta. O mais otimista prevê que o PIB brasileiro recue 5% neste ano e cresça, na média, 3% ao ano a partir de 2021, com os juros reais da dívida caindo para 2%

ao ano. Atualmente, estão em 4,5%. Nessa hipótese, a dívida só cairia para menos de 100% do PIB por volta de 2030.

O cenário mais realista parte da mesma queda de PIB, de um crescimento de 3% nos próximos dois anos e de 2% a partir de 2023, com juros da dívida de 4%. Nesse caso, a dívida vai a mais de 120% e apenas se estabiliza nesse patamar ao fim da próxima década, sem perspectiva de queda. O endividamento só volta ao nível de 2019 na hipótese otimista para crescimento e juros. Desde que o gasto já anunciado não aumente mais. Mesmo assim, após um período superior a dez anos.

Lisboa afirma que o estudo incorporou outras hipóteses otimistas, como a devolução total até 2024 dos empréstimos do BNDES para o Tesouro Nacional, o crescimento da despesa limitado à inflação até 2026, quando expira a regra de teto de gastos aprovada no governo Michel Temer, e também um aumento significativo do PIB diante do fim do bônus demográfico.

"Sem preservar o teto de gastos, a relação dívida/PIB sai de controle, e não sei que mais nenhuma medida seja implementada neste ano. Se o teto não for renovado em 2026, também deve sair de controle, e não sei no cenário mais otimista, com queda expressiva da taxa real de juros implícita da dívida e aumento significativo do PIB potencial", afirma Lisboa.

Se a economia apenas retomar o crescimento observado antes da crise, cerca de 1% ao ano, a relação entre a dívida e o PIB inicia uma trajetória de aumento ininterrupto em todos os cenários traçados pelo grupo. Se os juros da dívida ficarem no patamar atual, a dívida também não volta a cair.

"Mesmo com hipóteses muito otimistas sobre recuperação da economia brasileira, a chance de descontrole da dívida é muito alta. Na medida em que vai caindo o crescimento esperado, esses cenários vão se agravando. E, com uma trajetória de dívida des-

## Gasto federal com pandemia pode chegar a quase R\$ 1 trilhão com prorrogações

Impacto nas contas públicas



Total 2 -596 bi



Total 3 -920 bi

Prorrogação de medidas pode levar déficit a R\$ 1,2 tri em 2020



\*Inclui também perda de receita de R\$ 17,1 bi por causa da queda no PIB. \*\*Entre elas, prorrogação do crédito emergencial do BNDES e da Caixa com aporte do Tesouro por dois meses, da complementação aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios por quatro meses e, até dezembro de 2020, de complementação salarial, incluindo ampliação para salários abaixo de R\$ 3.000, e da transferência monetária aos estados. Fonte: Impacto Fiscal da Pandemia. Andando sobre Gelo Fino. Marcos Lisboa (coordenador), Marcelo Guzzano, Marcos Mendes e Vinícius Botelho.

sas, é muito difícil o juro real ficar nesse nível."

Lisboa afirma que um cenário de crescimento de 3% por mais de uma década é extremamente otimista, pois, nos próximos dez anos, com o fim do bônus demográfico, o total da população em idade de trabalhar vai se estabilizar.

Em termos de comparação, o crescimento na época do milagre econômico dos anos 1970 seria de cerca de 4% ao ano nas mesmas condições (chegou a cerca de 7% a 8% na época por causa do bônus). Daí a necessidade de reformas para gerar aumento da produtividade.

Sobre o risco de aumento das despesas obrigatórias, os pesquisadores calculam que, se o governo tornar permanente o auxílio emergencial de R\$ 600 em substituição ao Programa Bolsa Família, como foi cogitado pelo próprio Ministério da Economia, a dívida irá a mais de 150% do PIB, no cenário mais realista, sem perspectiva de estabilização.

Segundo Lisboa, é necessário limitar o gasto com a pandemia para atender a área de saúde e complementar a renda de quem realmente precisa, com cuidado para não elevar as despesas permanentes.

"Se não quiser que a economia saia de controle, tem de focar a política de gastos e não agravar o comprometimento com despesas permanentes. Além disso, vamos precisar de uma série de reformas profundas para permitir que a economia possa crescer mais do que vinha crescendo antes."

## Arrecadação cai 30% em abril, apontam dados preliminares

Fábio Pupo e Julio Wiziack

BRASÍLIA A arrecadação federal caiu 30% em abril na comparação com o mesmo período de 2019, apontam números preliminares do governo. Esse será o primeiro de uma série de resultados mensais sofrerem o impacto cheio dos efeitos do coronavírus.

A queda nas receitas é causada pela menor atividade da economia, por causa do fechamento do comércio e de indústrias e também pelo adiamento no recolhimento de impostos promovido pelo governo para amenizar o efeito sofrido pelas empresas.

A informação foi divulgada

pelo jornal Valor Econômico e confirmada pela Folha.

Segundo levantamento do fisco, serão adiados pagamentos de R\$ 20 bilhões do Simples Nacional, R\$ 9,8 bilhões de PIS/Pasep, R\$ 35,1 bilhões de Cofins e R\$ 33,4 bilhões de contribuições previdenciárias. Haverá ainda uma desoneração de R\$ 7 bilhões em IOF para operações de crédito.

Os dados preliminares que apontam a retração foram recolhidos do Sifai (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) e consideram apenas tributos e contribuições, sem contar a Previdência. O número consolidado ainda será divulgado pela Receita no fim do mês.

Os dados divulgados pelo governo não refletem em cheio os efeitos do coronavírus, já que a pandemia fez economias fecharem atividades econômicas a partir de meios de março.

De acordo com o chefe do Centro de Estudos Tributários da Receita Federal, Claudemir Maluquias, a arrecadação de março ainda reflete pouco o impacto direto da paralisação, mas já trazia um movimento de antecipação das empresas, que sentiam a chegada da crise.

Naquele mês, a arrecadação federal caiu 3,3% na comparação com um ano antes.

Antes disso, os números já sinalizavam trajetória de queda. Em fevereiro, houve retração de 2,7% na arrecadação ante um ano antes. Por enquanto, os impostos que registram queda mais forte em termos absolutos são PIS/Cofins (queda de R\$ 5,7 bilhões de janeiro a março, na comparação com o mesmo período de um ano antes), IPI (menos R\$ 1,4 bilhão) e receita previdenciária (retração de R\$ 1 bilhão).

As menores receitas devem agravar a deterioração das contas públicas neste ano, já impactadas pelas diferentes medidas anticrise que vêm impulsionando as despesas.

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, prevê déficits expressivos nas contas públicas de abril junto desviados aos efeitos do coronavírus.

Segundo disse há cerca de duas semanas, é provável que o déficit do governo central fique acima de R\$ 550 bilhões neste ano.

No caso do setor público consolidado (que reúne também estados, municípios e estatais), o déficit está caminhando para R\$ 600 bilhões (o que representaria 8% do PIB).

# Serviços, que representam 60% da economia, caem 6,9% em março

Diego Garcia

SANTOS O volume de serviços recuou 6,9% em março, o primeiro mês com medidas restritivas impostas em cidades e estados brasileiros, informou o IBGE. O resultado foi o pior desde o início da série histórica, em 2011.

A baixa é um reflexo da suspensão de atividades não essenciais, adotada para tentar conter a disseminação da Covid-19. Além da paralisação, parte dos funcionários foi colocada em home office, reduzindo a demanda por serviços.

Segundo o IBGE, o principal tombo se deu no segmento de serviços prestados às famílias, que recuaram 31,2% em março. Os principais afetados foram restaurantes e hotéis. Os serviços têm forte peso sobre o PIB, com participação acima de 60%.

"Algumas empresas de setores considerados não essenciais, como restaurantes, acabaram tendo que funcionar de forma parcial, muitas vezes migrando para o sistema de delivery, mas os hotéis não têm essa opção e acabaram fechando", disse o gerente de pesquisa, Rodrigo Lobo.

Dentre os serviços prestados às famílias estão atividades de musculação e cabele-

iros, incluídos na segunda-feira (11) pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) entre os considerados essenciais durante a pandemia.

Segundo o IBGE, o peso dessas duas atividades tem um impacto reduzido dentro do setor de serviços prestados às famílias, de apenas 3%, embora a paralisação desses estabelecimentos tenha efeito importante sobre níveis de emprego e renda.

O resultado de março representou a segunda queda consecutiva do setor, que já havia recuado 1% em fevereiro.

Os efeitos do isolamento social devem ser aparecer de forma mais expressiva nos resultados de abril. Isso porque será o primeiro mês completo sob medidas restritivas para controle da pandemia.

Especialistas ouvidos pela Folha definiram o cenário como desastroso.

"Essa diminuição de receita nunca foi vista. O mês de abril vai ser pior ainda. Estamos prevendo uma queda no PIB na ordem de 5%", disse o professor de finanças e mercado financeiro da Fipecafi, George Sales.

Na avaliação dele, para evitar uma quebra generalizada nas empresas de serviços, especialmente as de turismo,

## Volume de serviços tem pior desempenho da série histórica por causa do coronavírus



deveriam ser pensadas alternativas de flexibilização. "Não necessariamente de funcionamento, mas de tributos que essa gente paga."

Ettore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, apontou que o setor vai chegar ao fundo do poço em abril. "A gente está vivendo o chamado olho do furacão. Estamos bem no meio da tormenta neste momento. E a perspectiva é muito negativa para

abril. O que é esperado é algo bem terrível no mês."

Para o presidente da Associação Nacional dos Restaurantes (ANR), Cristiano Melles, a queda de 33,7% no setor de alojamento e alimentação em março não é nada perto do que acontecerá.

"Nós acreditamos que em abril e maio a queda seja superior a 80%, uma vez que a maioria dos bares e restaurantes de todo o país está de portas

fechadas, operando apenas com delivery, drive-thru ou entrega no balcão", afirmou.

O sistema de delivery representa apenas 5% do faturamento do setor, afirmou Melles, que estimou que a categoria já tenha perdido 1 milhão de empregos desde o início da crise.

De acordo com o IBGE, março foi impactado principalmente nos últimos dez dias do mês, quando as paralisações começaram.

"Quando a gente olha para os resultados de março, com apenas dez dias de paralisação, não restam dúvidas de que a perspectiva que temos para abril é de uma queda mais aprofundada", disse Lobo.

Em São Paulo, por exemplo, desde 24 de março apenas serviços essenciais estão abertos ao público. No Rio, o decreto com as primeiras medidas de quarentena foi publicado ainda antes, em 17 de março.

Todas as cinco atividades pesquisadas pelo IBGE tiveram quedas. Além dos serviços prestados às famílias, também foram afetados transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, com recuo de 9% — a segunda queda mais intensa da série na área, atrás apenas de maio de 2018, quando ocorreu a greve dos caminhoneiros.

## Retomada pós-crise será de idas e vindas, afirma Copom

BRASÍLIA Para o Copom (Comitê de Política Monetária), do Banco Central, a menos que haja avanços médicos no combate à pandemia, a retomada da economia depois da crise, além de mais gradual do que a considerada, deverá ter "idas e vindas".

Segundo o comitê, o cenário básico considerado passou a ser de uma queda forte do PIB na primeira metade deste ano, seguida de uma recuperação gradual a partir do terceiro trimestre deste ano. A avaliação foi publicada na ata da reunião que decidiu pelo corte de 0,75 ponto percentual da Selic, para 3%, ocorrida na quarta-feira (6). A decisão surpreendeu analistas, que esperavam corte mais ameno, de 0,5 ponto.

Na ocasião, o BC indicou novo corte de no máximo 0,75 ponto percentual na próxima reunião (junho). O Copom avaliou, ainda, que o impacto da pandemia sobre a economia brasileira será deflacionário — com inflação negativa —, em razão da diminuição de demanda.

Larissa Garcia



## mercado coronavírus

## PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painel@grupofolha.com.br

## Chegou no bolso

Após passar semanas enviando notificações para varejistas sobre abuso de preços de produtos essenciais na pandemia, o Procon-SP começou a multar nesta segunda (12). No total, as infrações superam R\$ 3 milhões, segundo o órgão. Doze farmácias receberam, juntas, o total de R\$ 2,3 milhões em multas. Em doze supermercados, também somados, o valor atingiu R\$ 800 mil. Além destes, o Procon-SP autuou oito revendedores de gás e outros dois estabelecimentos comerciais.

**CIFRA** Nos 4 dias em que fiscalizou 2.900 farmácias, supermercados e outros pontos de comércio do estado, o Procon-SP notificou mais de 2.600 estabelecimentos. Foram registradas cerca de 2,500 denúncias de preço abusivo de álcool em gel e outros produtos desde o início da pandemia até o último domingo (11).

**BINÓCULO** Segundo o órgão, as fiscalizações vão continuar e as multas são aplicadas por meio de um processo administrativo. As empresas ainda podem se defender.

**BULA** Procurada pela coluna, a Abrafarma, que reúne 26 redes de farmácias, diz, em nota, que coopera com o poder público para garantir o abastecimento e que "recomenda bom senso na compra de tais produtos e solicita à população que não esteje suprimidos". A entidade afirma que alerta o consumidor para denunciar valores abusivos.

**CARRINHO** A Apas, associação paulista dos supermercados, diz que não tem acesso às situações específicas e orienta seus membros a não elevarem o margem de lucro neste momento de pandemia, mas que só repasse a alta de custos transferida pela indústria.

**CALENDRÁRIO** Licitação de serviços funerários e 22 cemitérios e crematórios públicos da capital paulista foi suspensa nesta terça (12) pelo Tribunal de Contas do Município, após uma série de questionamentos sobre os riscos à concorrência no setor. A entrega das propostas seria na sexta (15).

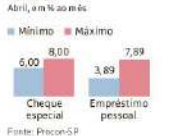
**TÚMULO** O Cade, órgão que demonstrou preocupação, concluiu uma nota técnica nesta terça afirmando que, se a licitação fosse adiante, as concessionárias vencedoras poderiam explorar com exclusividade os serviços e concorrer com cemitérios privados já existentes, os quais não poderiam mais investir em ampliação de capacidade.

**LIQUIDAÇÃO** Na gradual retomada das atividades na Espanha, o governo proibiu que as lojas físicas façam promoções. A ideia é evitar aglomerações de clientes. A medida não vale para o comércio virtual.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

## INDICADORES

## JUROS



## CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Contribuição a alíq.\*

Categoria	Valor Mín.	Alíq.	Valor Máx.
Autônomo, empregador e facultativo	R\$ 1,645	26%	R\$ 239
MEI (Microempreendedor)	R\$ 1,101,06	20%	R\$ 1.220,21
Assalariado	Ace R\$ 1,645	7,5%	De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,90
		9%	De R\$ 2.089,91 a R\$ 3.134,40
		12%	De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,96
		14%	Acima de R\$ 6.101,96

\* O prazo para empresas pagar a contribuição de alíq. foi estendido para 20 dias; para pessoas físicas, vence em 15 mil

**CAPÍTULO** Depois da reunião entre os 15 representantes da indústria com Bolsonaro e Paulo Guedes, que foi parar no STF na última quinta-feira (7), o Ministério da Economia planeja um encontro com representantes do setor de serviços nesta quinta (14). Na pauta, o mesmo assunto: os impactos da crise do coronavírus sobre os negócios.

**CANETA** O pedido para que a reunião aconteça foi assinado pelas associações empresariais e enviado pela frente parlamentar que representa o setor. Segundo a pasta, o encontro e a lista de participantes dependem de confirmação na véspera.

**LUPA** Os agentes fiscais de São Paulo vão dar prioridade na análise de pedidos de imunidade e de isenção do ITCMD (imposto sobre doações) na pandemia, segundo o Sinafresp (sindicato dos agentes fiscais de rendas do estado).

**TEMPO** Conforme entidade, a medida faz parte de uma série de ações para simplificar processos no período de calamidade, como a isenção de IPVA para pessoas com deficiência, taxistas e outros contribuintes. Os fiscais também dizem ter criado um nutrírio para analisar pedidos de regimes especiais de declaração e recolhimento de impostos.

**VITRINE** A BRMalls, administradora de shoppings que tem no portfólio empreendimentos como Villa-Lobos e São Bernardo Plaza, vai fazer uma campanha de doações para favelas localizadas no entorno de suas propriedades.

**AS COMPRAS** Os recursos doados serão revertidos em vale-compras para as famílias beneficiadas a adquirir produtos de higiene e alimentos durante a crise do coronavírus. A companhia investiu R\$ 1 milhão na iniciativa.

**PRATO** Membros do grupo de empresários Brasil 200 em cinco estados vão fazer doação de comida nas ruas nesta quarta (13) para expandir a iniciativa que começou em São Paulo, onde foram doadas cerca de 60 mil refeições em parceria com restaurantes desde o começo da pandemia.

## IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Debitar, em R\$
Até 1.903,99	isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

## EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	7,5%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

\* O prazo para o patrão da doméstica foi adiado para 70z. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS do empregador e do doméstico, o FGTS, a multa para a divórcio e o seguro-costa de doença. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário

## Equipe de Guedes sugere veto a reajuste até para médico que combate vírus

Técnicos argumentam que profissionais da saúde poderão ganhar bônus e hora extra; aumento está em projeto de ajuda a estados

Bernardo Caram

**BRASÍLIA** Em recomendação formal enviada ao Planalto, o Ministério da Economia pede que o presidente Jair Bolsonaro veto integralmente a possibilidade de aumentos salariais de servidores públicos até 2021. A medida traria reajustes também para médicos e enfermeiros que atuam no combate ao novo coronavírus.

A pasta não trabalha com a possibilidade de editar uma MP (medida provisória) para restabelecer essa autorização para carreiras específicas. Técnicos do órgão argumentam que profissionais da saúde já devem receber mais com horas extras durante a pandemia e poderão ganhar bônus.

A decisão final do Executivo cabe ao presidente, que já afirmou nesta semana que vai "atender em 100%" a recomendação do ministro Paulo Guedes (Economia). Depois, o Congresso tem o poder de derrubar ou manter o veto.

Após idas e vindas do projeto de socorro a estados e municípios no Congresso, Guedes conseguiu articular um acordo com o Senado. A nova versão do projeto incluiu com contrapartida, a pedido do ministro, o congelamento salarial de servidores das três esferas até dezembro de 2021.

No projeto dos senadores, que contava com apoio do governo, foi colocada uma exceção para servidores da saúde, segurança pública e Forças Armadas, desde que estivessem envolvidos diretamente no combate à pandemia. Essas carreiras ficariam livres para receber aumento no período.

**CÂMARA APROVA EXTIÇÃO DE FUNDO E DESTINA R\$ 8,6 BI AO COMBATE À PANDEMIA** A Câmara aprovou MP que extingue o fundo de reserva monetária, que buscava estabilizar o mercado financeiro, e liberou os R\$ 8,6 bilhões de recursos para o combate ao coronavírus. Agora, a MP vai ao Senado, antes de ser submetida à sanção ou veto de Jair Bolsonaro. As reservas monetárias do fundo, gerenciado pelo BC, foram formadas a partir de arrecadação com o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). Inicialmente, a MP previa que os recursos da extinção do fundo seriam destinados ao pagamento da dívida pública.

Na Câmara, porém, o espectro de beneficiados foi ampliado para profissionais como agentes socioeducativos, de limpeza urbana, policiais federais e legislativos e professores.

Com as alterações no texto, a economia aos cofres públicos estimada pelo governo despencou de R\$ 130 bilhões para R\$ 43 bilhões.

Embora a ampliação do número de carreiras beneficiadas tivesse recebido apoio inicial de Bolsonaro, o presidente mudou de ideia após conversa com Guedes e prometeu vetar os aumentos.

Pessoas que acompanharam a análise do texto aprovado pelo Congresso relataram à Folha que o Ministério da Economia enviou ofício a Bolsonaro recomendando o veto do dispositivo que permite os reajustes a essas carreiras.

Como não é possível desmembrar trechos do parágrafo do texto, o veto fará com que todas as carreiras do serviço público federal, estadual e municipal fiquem impedidas de receber aumento no período.

Chegou a ser aventada a possibilidade de o governo editar uma MP para restabelecer esse direito ao menos para os profissionais de saúde. Técnicos do Ministério da Economia, porém, afirmam que essa ideia está fora de discussão.

Como normalmente ocorre na tramitação de MPs, eventual texto do governo para beneficiar poucas carreiras poderia novamente ser ampliado pelos parlamentares, voltando a gerar impacto fiscal.

Internamente, membros da pasta afirmam que a elevação da carga de trabalho de médi-

cos e enfermeiros durante a pandemia do novo coronavírus fará com que eles aumentem os ganhos com horas extras, ampliando rendimentos.

Técnicos argumentam ainda que está mantido o dispositivo do texto que autoriza os gestores públicos a dar bônus e gratificações a profissionais de saúde e assistência social durante o período de vigência do estado de calamidade pública, que se encerra em dezembro deste ano.

Ao mudar de posição e anunciar que pretende congelar os salários de todos os servidores, Bolsonaro elevou o desgosto do governo no Congresso e provocou reação da oposição, que se articulou para derrubar o veto, caso confirmado.

A disputa envolve lobby do funcionalismo, um dos mais poderosos no Legislativo, e de verba colocada à prova a relação que Bolsonaro tenta construir com o centro — grupo de partidos independentes que, juntos, representam grande parte do Congresso.

Guedes defende a suspensão dos reajustes a servidores como forma de que esses trabalhadores também sejam afetados pela crise. A medida é considerada uma contrapartida leve porque os servidores seguiriam protegidos durante a crise, sem risco de demissão ou corte de salário.

Enquanto isso, trabalhadores com carteira assinada já enfrentam cortes de remuneração e jornada, suspensão de contratos e até demissões. Em outra parcela expressiva da população, informais perderam trabalho e renda em razão das medidas restritivas.

## Senado aprova proibição de pôr consumidor inadimplente na Serasa e no SPC durante crise

Iara Lemos

**BRASÍLIA** Os senadores aprovaram nesta terça-feira (12) projeto que proíbe por 90 dias a inscrição do nome de consumidores inadimplentes em a Serasa e o SPC (Sistema de Proteção ao Crédito) durante o estado de calamidade.

A proposta, de autoria dos deputados Denis Bezerra (PSB-CE) e Wilson da Fetaemg (PSB-MG), chegou ao Senado na segunda semana de abril e foi definida como uma das propostas prioritárias para ser votada durante a pandemia do novo coronavírus.

Aprovada em sessão virtual com 72 votos favoráveis e 4 votos contrários, a matéria será encaminhada para nova análise da Câmara.

As regras valem de forma retroativa a partir de 20 de março, quando foi decretado o estado de calamidade pública causada pela pandemia, e se estendem até 31 de dezembro.

Das 20 emendas apresentadas pelos senadores, a relatora da proposta, Rose de Freitas (Podemos-ES), acatou 6 completas e outras 12 de forma parcial.

Uma das emendas, do senador Randolf Rodrigues (Rede-AP), determina que os bancos públicos deverão disponibilizar linhas especiais de crédito de até R\$ 10 mil para a renegociação de dívidas dos consumidores inscritos nos registros de informações negativas dos consumidores.

"Medidas como essa são a real necessidade que precisamos dar à economia", disse Randolf.

O texto também determina que, da vigência da lei até o fim da validade do decreto de calamidade pública causada pelo novo coronavírus, fica suspensa a execução ao protesto de títulos e outros documentos de dívida.

A proposta ainda estabelece que ficam suspensas todas as execuções judiciais cíveis propostas contra consumidores por obrigações vencidas a partir 1º de janeiro de 2020.

Durante o período de vigência do estado de calamidade pública, as inscrições de informações negativas dos consumidores, inclusive as anteriores à pandemia da Covid-19, não poderão ser usadas para restringir o acesso específico a linhas de crédito ou programas de fomento fornecidos pelo governo federal.

Para o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), vice-líder do governo, o projeto, da forma como foi aprovado, pode ser prejudicial para o atual momento econômico.

"Sem esse cadastro, as empresas podem se negar a vender. Pode ser um tiro no pé". Já o líder do PSD, Otto Alencar (BA), defendeu a medida.

Ele concordou com a defesa do líder do MDB, Eduardo Braga (TO), que fez uma crítica ao que chamou de abusos sofridos por consumidores com as elevadas taxas de juros.

"Os juros não estão respei-

tando as taxas de juros, os bancos estão af, precisamos dar uma garantia ao consumidor", disse Braga.

Ainda nesta terça, quando se comemora o Dia Internacional da Enfermagem, o Senado decidiu antecipar a apreciação de um projeto que prevê que o poder público e empregadores ou contratantes tenham de adotar medidas para preservar a saúde dos profissionais que atuam no combate à pandemia causada pelo novo coronavírus.

"Não bastam os jalecos brancos. É preciso que eles tenham o mínimo de condições de EPIs [equipamentos de proteção individual], que estejam testados para que tenham condições de atender aos que precisam e suas famílias", disse Simone Tebet (MDB-MS).

Relatada pela senadora Zeineide Maia (PRO-RR), a medida abrange ainda agentes socioeducativos, agentes penitenciários, agentes de segurança de trânsito e agentes de segurança privada, brigadistas e bombeiros civis e militares e vigilantes que trabalham em unidades públicas e privadas de saúde.

Emenda do senador Carlos Fátima (PSD-MT) acatada pela relatora determinou como atividades essenciais também agentes penitenciários. Policiais federais, civis, militares e membros das Forças Armadas já estão incluídos. Aprovada por unanimidade, a matéria volta para análise da Câmara, de onde é originária.



# Centrão vê a economia na crise de Bolsonaro

Não há impulso para impeachment, mas economia vai mudar, diz um líder do bloco

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O governo falou muito, mostrou "boa vontade", mas entregou pouco até agora, dizia nesta terça-feira (12) um deputado líder do centrão que negocia aliança e cargos com o Planalto. O parlamentar falava no começo da noite de todos os numerais sobre o vídeo da reunião ministerial em que Jair Bolsonaro teria ficado, mais do que nu, em carne viva — ou morto, a depender do boato e do ânimo crítico do espectador.

E daí? Dai que o vídeo degradaria a situação política de Bolsonaro, óbvio. Ainda não parece "tiro na cara", como diz o deputado, mas o presidente precisaria de mais gente firme na Câmara para se segurar na cadeira e "governar com estabilidade" (sic).

Continua a não haver risco de processo de impeachment, por ora, na opinião do deputado, para quem, no entanto, está muito difícil medir a temperatura do Congresso e do país em geral, por causa do distanciamento provocado pelo vírus.

Por enquanto, "sem uma bomba grande", não haveria impulso grande para criar um movimento relevante para depor Bolsonaro. Nem as pesquisas de opinião mostram descalabro do prestígio presidencial nem "as bases" dele e de parlamentares próximos pressionam por alguma movimentação. Nem mesmo os governadores, diz.

Mas o governo piscou, porque está mais fraco. Ainda não sabe fazer o básico da articulação no Congresso, apesar

da boa vontade dos generais do Planalto, diz o deputado.

E daí? A crise renovada a cada dia pode levar a mudança substancial de planos do Ministério da Economia, como se especula?

Não muda grande coisa, diz o deputado. Primeiro, porque o Congresso está mais devagar, com outras prioridades e daí a pouco vai ter de pensar o que fazer da eleição (dados e campanhas). Segundo, porque o centrão ou pelo menos seu partido tem compromisso com "as reformas", afirma. Mas o governo vai ter de mostrar mais "sensibilidade".

O que quer dizer "sensibilidade"? Não se trata apenas de cargos ou ministérios, diz o deputado. O governo teria de olhar mais para os pobres

e para as empresas que estão quebrando, muito pequeno negócio. Apresentar um plano para o país ter esperança de sair da crise, ter uma relação mais estável com os deputados. Pensar um modo "inteligente" de lidar com a eleição do próximo presidente da Câmara. Tem de ajudar a formar a base, mas não pode querer decidir resultado.

Objetivamente, poderia vir mudança mais essencial, tal como mexer no teto de gastos, por exemplo? Ninguém fala disso, no sentido de que não é nem assunto de discussão grande. O teto não impediu o aumento de gasto extraordinário neste ano, argumenta. Não quer dizer que o gasto extraordinário vá continuar no ano que vem. Mas vai ser pre-



**O banco completo e grátis onde seu dinheiro rende 10% a mais do que a poupança.**

**Baixe o super app e abra sua conta grátis.**



100% CDI GARANTIDO

110% DA POUPANÇA

**PagBank**  
pagbank.com.br

ciso rediscutir o caso a cada avaliação que houver da economia e da "crise social".

Com uma queda grande da economia, a vida estará difícil também em 2021. Não será possível cortar a ajuda de uma hora para outra e não é possível ficar apenas na ajuda (como o auxílio emergencial). Vai ser preciso criar emprego. Isso, como fazer, é uma questão.

Essa história de que o centrão quer logo um plano de

obras e ganância seria conversa. Ninguém sabe direito o que fazer nem tem ainda articulação para fazer uma mudança: "O pessoal está melo na muda, quieto, oha até o Rodrigo [Maia, presidente da Câmara]". Mas a situação mudou, daí a pouco vai aparecer uma ideia de mudar também alguma coisa da política econômica, como já mudou e não tem muita volta.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

# Governo vai revisar projeção do PIB para queda de 4% a 5%

Nova estimativa para 2020 será anunciada nesta quarta; previsão atual é de crescimento de 0,02%

Bernardo Caram

BRASÍLIA O Ministério da Economia vai revisar a projeção do PIB (Produto Interno Bruto) do país em 2020 de um crescimento de 0,02% para queda entre 4% e 5%, informaram à Folha membros da pasta.

A estimativa oficial será apresentada pela Secretaria de Política Econômica na manhã desta quarta-feira (13).

Apesar de os dados para estimar o desempenho da atividade, o ministério vai tentar se alinhar às estimativas de mercado.

O boletim Focus, divulgado na segunda-feira (11) pelo Banco Central, mostra que as instituições financeiras já esperam uma retração de 4,1% na economia brasileira neste ano.

A nova projeção do governo ainda pode ser otimista, a depender da base de comparação. Avaliação do FMI (Fundo Monetário Internacional) divulgada no mês passado aponta que o recuo do PIB brasileiro pode chegar a 5,3% em 2020.

No fim de março, o governo já havia cortado as estimativas oficiais para o PIB de uma alta de 2,1% para crescimen-

to próximo de zero.

A deterioração da economia é observada em velocidade acelerada. A crise se intensificou a partir do meio de março, quando cidades e estados passaram a aplicar medidas restritivas de circulação e fechamento do comércio.

Desde então, setores da economia passaram a registrar perdas e buscar ajuda do governo. As demissões registraram alta, e o número de

**-4,11%**

é a previsão de retração do PIB mais recente para este ano feita por instituições financeiras ouvidas pelo Banco Central no boletim Focus, divulgada na segunda-feira (11)

**-5,3%**

é a retração estimada pelo FMI (Fundo Monetário Internacional)

**1,1%**

foi o crescimento da economia brasileira em 2019

trabalhadores com contratos suspensos ou reduzidos ultrapassa 7 milhões.

A nova revisão vai afetar as contas do governo. Com a perspectiva de que a economia vai desabar neste ano, as estimativas de arrecadação tributária devem sofrer forte queda, criando um déficit ainda maior no Orçamento.

Cálculos preliminares dos técnicos da área econômica feitos antes da revisão do PIB já apontavam que a projeção de déficit primário do governo federal em 2020 iria superar R\$ 600 bilhões.

A ampliação do descaçamento entre as receitas e os gastos do governo, desta vez, não vai forçar o Executivo a cortar verbas de ministérios. Isso porque o governo pediu ao Congresso o reconhecimento de estado de calamidade pública no país.

A medida, com validade até 31 de dezembro deste ano, foi adotada em razão da necessidade de elevar gastos públicos. Com ela, o governo não será mais obrigado a cumprir a meta fiscal e, portanto, não precisa contingenciar recursos (o aval é dado pela Lei de Responsabilidade Fiscal).



CLIENTE E GARÇONS FAZEM MEME DO CAIXÃO EM RESTAURANTE DE GRAMADO Em tempo de pandemia da Covid-19, performance feita na cidade gaúcha e que é comumente usada para retratar situações-limite ou até com risco de morte causou indignação

# Governo deve estar pronto para estender socorro, diz Mourão

BRASÍLIA O vice-presidente Hamilton Mourão defendeu nesta terça-feira (12) que o Poder Executivo precisa estar preparado para continuar a socorrer setores da sociedade caso a atual crise sanitária não chegue ao fim no curto prazo.

Em live promovida pela XP Investimentos, o general da reserva disse que a velocidade de reação do setor produtivo à paralisação econômica não será uniforme e que o ramo de serviço pode ter mais dificuldade para se restabelecer.

"Nós temos de ter uma visão de que, em algum momento, nós poderemos ter de continuar socorrendo determinados setores da sociedade se isso se estender por mais tempo de forma efetiva. Isso a gente não pode desconsiderar de nossos planejamentos", disse.

Mourão considerou que a crise causada pela pandemia do coronavírus só será solucionada, do ponto de vista dele, ou com o desenvolvimento de um medicamento ou com a produção de uma va-

cina contra a doença.

Ele defendeu que, enquanto não se chega a uma solução, cabe ao poder público criar facilidades e dar condições para que as pequenas e médias empresas consigam retomar as suas atividades quando arrefecerem, os efeitos da pandemia.

"Não acredito que a economia baterá em um ponto mais difícil e, imediatamente, vai começar a emergir. A saída vai variar de acordo com cada um dos setores. Nós temos setores que foram altamente prejudicados, como bares e restaurantes. Não será algo que mudará da noite para o dia." Gustavo Uribe

# Defesa apura irregularidade em auxílio a militar

BRASÍLIA O governo vai apurar o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 a mais de 73.242 militares, pensionistas, dependentes e aposentados cadastrados na base de dados do Ministério da Defesa.

Em conjunto com o Ministério da Cidadania, a pasta disse que foi feito um cruzamento de dados e que foram identificados possíveis recebimentos indevidos do auxílio.

"No momento, as Forças Armadas apuram individualmente cada caso. Os valores recebidos indevidamente serão restituídos", afirma nota conjunta dos dois ministérios. "Havendo indícios de práticas de atos ilícitos,

os Ministérios da Defesa e da Cidadania adotarão todas as medidas cabíveis."

O governo ressaltou que parte dos cerca de 70 mil recebeu automaticamente o auxílio por ter CPF registrado no Cadastro Único ou ser beneficiário do Bolsa Família.

Entre os que solicitaram o auxílio, por meio do aplicativo ou do site da Caixa, há pertencentes a famílias cuja renda mensal por pessoa não ultrapassa meio salário mínimo (R\$ 522,50), ou cuja renda familiar total é de até três salários mínimos (R\$ 1.567,50). Segundo o governo, eles podem ter interpretado equivocadamente as regras de recep-

bimento do benefício.

A tabela de remuneração das Forças Armadas mostra que recrutados e cabos iniciantes recebem os valores mais baixos (R\$ 956) da carreira militar. Os sargentos passam de R\$ 9.000 no caso de capitão e chegam a R\$ 13.471 para quem ocupa o cargo de almirante-de-esquadra, general-de-exército e tenente-brigadeiro.

O auxílio emergencial pode ser acessado por informais, microempreendedores individuais, autônomos e intermitentes sem emprego fixo. É necessário ter mais de 18 anos e não estar recebendo benefícios previdenciários ou seguro-desemprego. FP

**EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE**

**LEILÃO 18/05/2020 ÀS 11:00 - 2º LEILÃO 23/05/2020 ÀS 11:00**

**EDUARDO CONSENTINO**, Licitante Oficial, institui, sob o JUCESP nº 616 JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI - proposto em exercício, devidamente autorizado pelo Diretor Executivo do Banco INDUSVAL S.A., licitante sob o CNPJ/INF nº 61.624.352/0001-71, ter saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 8.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamento complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que regula o licenciamento de bens imóveis, faz saber: **Primeiro Leilão: dia 18 de Maio de 2020 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 23 de Maio de 2020 às 11:00 horas.** Local do Leilão: Avenida Engenheiro Filho, 145 - Corf. 22 - Vila Morfe Alegre - São Paulo/SP. As normas contidas no edital serão distribuídas no leilão ou para internet. **Descrição dos imóveis:** Lote 01 - ÁREAS DE TERRAS RURAIS com 138,57 hectares avulsos, ou seja, 330.339,4 hectares, ou áreas 3.553.394,00 m², denominadas "FAZENDA FLORINDA", situada no Município de Nova América da Colônia/PR, desta Comarca de Assaí/PR, com as seguintes áreas e confrontações constantes do rolamento matricial, matrícula nº 1.158 do Registro de Imóveis de 2º Ofício de Assaí/PR. **Lote 02 - GLEBA nº 01, na "FAZENDA FLORINDA",** município de Nova América da Colônia, desta Comarca de Assaí/PR, com a área de 1.821.400,00 m² ou 162,14 hectares ou área 67,09 hectares paulistas, com as seguintes divisões e confrontações constantes do rolamento matricial, Matrícula nº 3.332 do Registro de Imóveis de 2º Ofício de Assaí/PR. **Valor de Venda dos imóveis acima descritos:** 1º Leilão R\$ 11.728.851,91. **Valor de Venda dos imóveis acima descritos:** 2º Leilão R\$ 13.575.845,82. A venda será realizada à vista. Se, no primeiro público leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor estipulado no edital ou para internet, no segundo leilão, na data acima estipulada, no segundo leilão será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, das prestações de seguro, dos encargos legais. **Intervento:** Yvelto, e das contribuições condominiais, atualizadas de acordo com o edital. Os interessados em participar do leilão no modo "on-line" deverão se cadastrar no site [www.brasilleiloes.com.br](http://www.brasilleiloes.com.br) e se habilitar em até 02 (dois) horas antes do início do leilão presencial. Os lances "on-line" e seus incrementos deverão estar em acordo com valores mínimos estabelecidos e concordância em igualdade de condições com os ofertados a viva-voz nos leilões presenciais de fechamento. Correrá por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição dos imóveis no leilão, como: pagamento de comissão do Licitante de 6% (seis por cento) sobre o valor de arrematação, que será realizado no ato da arrematação; despesas com Escritura Pública, imposto de transmissão, ITCM, taxas, alvarás, cartórios, emolumentos cartorários, registrais, etc. De imóveis se encontram ocupados e serão vendidos no estado em que se encontram, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. As descrições dos imóveis deverão ser providenciadas pelo comprador, que assume o risco do preço, bem como todas as custas e despesas, inclusive honorários advocatícios, mediante propositura do competente subscritor no prazo, no termo do artigo nº 30, da Lei nº 8.514/97. **Informações ainda que os imóveis são objeto de discussões nos seguintes processos:** (i) Processo 0001052-31.2016.8.16.0047 em trâmite perante a Vara Civil de Assaí/PR; (ii) Processo 0002115-06.2019.8.16.0047 em trâmite perante a Vara Civil de Assaí/PR; (iii) Processo 0022391-96.2019.8.16.0047 em trâmite perante a Vara de Registros Públicos de Assaí/PR; (iv) Procedimento Arbitral em trâmite perante o Centro de Arbitragem e Mediação - ANACAM (nº 129/2019). **Mais informações no escritório de Leilões:** Tel. (11) 4093-2575. **EDUARDO CONSENTINO**, Membro - JUCESP 616 - Licitante Oficial (JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI - proposto em exercício) - [www.brasilleiloes.com.br](http://www.brasilleiloes.com.br)

Mais informações: (11) 4093-2575 - [www.brasilleiloes.com.br](http://www.brasilleiloes.com.br)











# Decreto sobre serviços essenciais gera conflito e pode levar a judicialização

Estados veem salto de mortes e UTIs lotadas; governo federal defende reabrir academias e salões

Ricardo Della Coletta  
e Carolina Moraes

**BRASÍLIA E SÃO PAULO** A inclusão pelo governo de Jair Bolsonaro (sem partido) de academias, salões de beleza e barbearias como atividades essenciais durante a pandemia do novo coronavírus levou a reações de governadores, que disseram que não vão seguir a orientação.

Na contramão, alguns estados e cidades vêm impondo medidas mais duras de restrição à circulação, diante da escalada de casos e mortes pela Covid-19 e das dificuldades do sistema público de lidar com a quantidade de pacientes graves. Ao menos quatro estados têm ocupação de leitos de UTI do sistema público acima de 80%. As mortes pelo vírus no país já passaram de 12 mil.

As regiões metropolitanas de São Luís, Belém e Recife têm "lockdown" no qual só é permitida a circulação nas ruas mediante a comprovação de atividade essencial.

Em São Paulo, estado que concentra a maior parte dos casos de Covid-19 do país e já registrou quase 4.000 mortes pela doença, 68% dos leitos de UTI estão ocupados; a situação é pior na Grande São Paulo, que tem 86% de ocupação.

Projeções de modelo da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) indicam que a

adoção de "lockdown" no estado de São Paulo será inevitável caso o nível de isolamento social não suba significativamente nas próximas semanas.

A capital paulista implantou nesta semana rodízio mais restritivo de veículos, pelo qual só metade da frota circula a cada dia, em um esforço para aumentar o isolamento, que caiu abaixo de 50%, segundo o governo estadual. No estado, a quarentena foi prorrogada até 31 de maio.

No Rio, a situação da saúde pública também é grave, com 83% dos leitos de UTI no estado ocupados. Na capital fluminense, começaram nesta terça-feira medidas de restrição de circulação em bairros: na orla da praia, do Leme ao Pontal, o estacionamento agora é só para moradores; e nos bairros do Grajaú, Madureira e Santa Cruz, a prefeitura restringiu a circulação de pedestres e veículos.

Entre os chefes de governo estadual que anunciaram que não seguirão o decreto do governo federal sobre as academias, salões de beleza e barbearias estão Wilson Witzel (PSC), do Rio, Rui Costa (PT), da Bahia, Camilo Santana (PT), do Maranhão, Helder Barbalho (MDB), do Pará, e Renato Casagrande (PSB), do Espírito Santo, segundo a coluna Painel.

O governo de SP não informou se será permitida a reabertura desses estabelecimentos. João Doria (PSDB) disse que está analisando o decreto federal e que a decisão será anunciada nesta quarta.

Nesta terça, Bolsonaro criticou governadores que se opõem à liberação dos serviços, decisão que foi tomada sem consulta ao Ministério da Saúde. "O afrontar o estado democrático de direito é o pior caminho, aflora o indesejável autoritarismo no Brasil. Nossa intenção é atender milhões de profissionais, a maioria humildes, que desejam voltar ao trabalho e levar saúde e renda à população", escreveu em rede social.

Bolsonaro também escreveu que os governadores que não concordam com a reabertura podem recorrer à Justiça ou entrar com projeto de decreto legislativo. Mais tarde, disse que a AGU (Advocacia Geral da União) pode adotar medidas contra os gestores.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal já havia decidido em abril que União, estados e municípios têm competência concorrente para definir estratégias de saúde pública e regulamentar a quarentena. O STF deixou clara a autonomia dos entes da Federação para fixar os serviços aptos a seguir em funcionamento.

Para o STF, prefeitos e governadores conhecem melhor a

realidade local e a palavra deles prevalece em relação à do governo federal na permissão para a abertura de serviços.

"Não há dúvidas de que estados e municípios têm autonomia para decidir quais medidas que irão tomar de acordo com as suas peculiaridades e necessidades", diz Vera Chemim, advogada constitucionalista e mestre em direito público administrativo pela Fundação Getúlio Vargas.

Segundo ela, o que deve acontecer é os entes federativos irem contra o decreto e manterem serviços fechados.

Especialistas ouvidos pela Folha, porém, alertam para o risco de insegurança jurídica e judicialização.

Caso São Paulo, por exemplo, mantenha fechados os serviços citados no decreto federal, empresas podem entrar com ações para reabrir, diz Daniela Barreiro Barbosa, advogada especializada em direito administrativo da Innocenti Advogados Associados.

Ana Júlia Moraes, sócia-advogada do escritório WFaria, concorda que o STF tende a manter a autonomia de estados e municípios. Ela pondera que cada nova provocação permite novo posicionamento. "A questão é a infelicidade da emissão do decreto em trazer mais conflito. Em vez de as autoridades estarem focadas em preservação da saúde

e contenção da pandemia, a gente se pega discutindo questões de hierarquia legislativa".

Advogada diz que, se houve pressão desse setor pela reabertura na esfera federal, isso abre precedente para que outras categorias pressionem o governo e "vire uma grande insegurança jurídica".

O ministro da Saúde, Nelson Teich, foi pego de surpresa pelo decreto na segunda-feira e informou não ter participado da discussão sobre a medida.

Bolsonaro disse nesta terça que, se a pasta não tem normas prontas para garantir a reabertura de academias, salões de beleza e barbearias, deve, então, providenciá-las.

"Está escrito lá: seguindo o norma do Ministério da Saúde. Se não tem norma, faz", disse. Se não tem norma, fez, disse.

Teich não participou de entrevista diária sobre a pandemia nesta terça. O secretário de vigilância em saúde substituto, Eduardo Macário, demonstrou desconforto quando questionado sobre recomendações da pasta para reabertura de academias. "Acho que são todas aquelas que o ministério vem passando, principalmente etiqueta respiratória, lavagem de mãos, utilização de ambientes arejados, para justamente você ter maior circulação do ar e evitar aglomerações".

Colaboram Daniel Carvalho, Natália Cancian e Julia Chato, de Brasília

## Entenda quem decide sobre as restrições

O que Bolsonaro já definiu como atividades essenciais?

Em 20 de março, o governo havia listado como essenciais serviços relacionados à saúde e outros que visavam manter o abastecimento de alimentos e remédios no país, como logística e transportes. Na ocasião, gerou polêmica a inclusão de templos religiosos e lotéricas no decreto. Depois, em 29 de abril, acrescentou ao rol de atividades aptas a funcionar o atendimento bancário e start-ups. Na semana passada, em novo despacho, incluiu indústrias e serviços de construção. Na segunda-feira (11), Bolsonaro anunciou que vai incluir na lista academias, salões de beleza e barbearias.

Estados e municípios são obrigados a seguir o decreto do Executivo federal?

Não. O STF definiu que prefeitos e governadores têm autonomia para regulamentar a quarentena e, consequentemente, definir os serviços que podem funcionar no período de calamidade. Segundo o Supremo, os gestores locais conhecem melhor sua região e têm autonomia para definir o que funciona no local.

Como foi o julgamento do STF que tratou do tema?

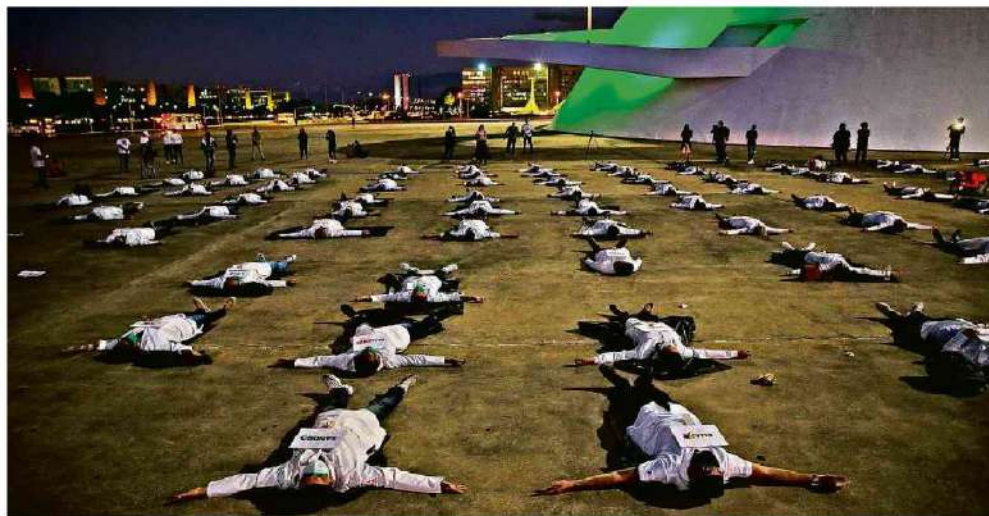
Em 15 de abril, o Supremo decidiu que estados e municípios não precisam observar a medida provisória federal que submetia as decisões locais relativas à quarentena ao aval do governo federal e da Anvisa. Na ocasião, o ministro Edson Fachin sustentou que a corte deveria deixar claro no resultado do julgamento a autonomia de prefeitos e governadores para listarem as atividades essenciais em suas regiões. A maioria dos ministros acompanhou Fachin e assim ficou decidido.

Estados e municípios têm, então, liberdade total nessa área?

Não. Os ministros do STF deixaram claro que a decisão não representa um cheque em branco aos gestores locais e que é necessário respeitar o princípio da razoabilidade. Assim pontuou o ministro Alexandre de Moraes: "A competência comum administrativa não significa que todos podem fazer tudo. Isso gera bagunça. Não é possível que a União queira ter monopólio da condução normativa da pandemia sobre estados e municípios. Isso não é razoável. Como não é possível que os municípios queiram se tornar repúblicas autônomas dentro do Brasil".

E, se houver conflito entre decisão municipal e estadual, qual prevalece?

Em tese, predomina a norma menos abrangente. O professor Thomaz Perera explica que, se há uma norma restritiva, o cidadão que a desobedece está sob o risco de uma penalidade. "No Judiciário duas perguntas vão ser discutidas: se a autoridade é competente e se a proibição se justifica. Na prática, se houver uma norma mais restrita, ela deve prevalecer enquanto não for suspensa pelo Judiciário. No Judiciário, a discussão vai ser em torno de se a norma está dentro da competência concorrente de estados e municípios e, se estiver, se as peculiaridades municipais justificam a regulação municipal divergente", diz.



NO DIA DO ENFERMEIRO, PROFISSIONAIS FAZEM ATO EM MEMÓRIA A COLEGAS MORTOS POR COVID-19

Manifestantes usam placas com identificação das vítimas e gritam os nomes dos mortos, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Pedro Ladeira/FolhaPress

## Rio restringe circulação em bairros mais aglomerados

Ana Luiza Albuquerque  
e Diego Garbuja

**RIO DE JANEIRO** A prefeitura do Rio de Janeiro adotou nesta terça (12) medidas restritivas de circulação nos centros comerciais de três dos dez bairros com altos índices de aglomeração para tentar conter a transmissão do novo coronavírus. Houve suspensão do estacionamento para não moradores em toda a orla da praia que vai do Leme, na zona sul, ao Pontal, na zona oeste.

Nas áreas centrais dos bairros Grajaú (zona norte), Madureira (zona norte) e Santa Cruz (zona oeste), poderão circular apenas moradores, clientes e funcionários de mercados, farmácias e bancos. As áreas ficaram isoladas por grades até segunda (18).

As regiões afetadas são o Largo do Verduin, no Grajaú; a avenida Edgard Romero (trecho entre a descida do viaduto Negroão de Lima até a altura da Escola Municipal Carmela Dutra), em Madureira; e a rua Felipe Cardoso (altura do Terminal Alvorada do BRT), em Santa Cruz. A Polícia Militar cuidará das barreiras colocadas nas regiões 24 horas por dia, com apoio de cem guardas municipais e dez viaturas.

O bloqueio também chegará, de forma gradual, aos bairros de Jacarepaguá, Guaratiba, Realengo, Méier, Tijuca, Pavuna e Cascadura.

A fiscalização diária sem interrupção também acontecerá, segundo a prefeitura, nos estacionamento nas orlas das praias entre o Leme e o Pontal. O objetivo é garan-

tir que somente moradores deixem seus carros na região.

O controle será feito por dez equipes da Coordenadoria de Fiscalização de Estacionamentos e Boqueios da Seop. No início da tarde desta terça (12), 18 veículos haviam sido recolhidos.

Nesta quarta (13), haverá bloqueios no Méier (av. Dias Cruz), Pavuna (av. Sargento de Milícias), Tijuca (praça Saens Peña), Freguesia, Taquara, Guaratiba e Realengo. Na última quinta-feira (7) a prefeitura já havia adotado restrições de circulação no calçadão de Campo Grande, na zona oeste, importante área comercial da cidade.

Segundo a determinação, apenas funcionários de atividades essenciais como farmácias, agências bancárias e

supermercados podem entrar no local, mediante apresentação de documento. O controle também ficou a cargo da Guarda Municipal.

Mesmo com recomendações da Fiocruz e do Ministério Público do Rio de Janeiro, o governador Wilson Witzel (PSC) não determinou medidas restritivas de circulação no estado. Ele delegou essa decisão para as prefeituras, afirmando que a Polícia Militar participaria das ações.

"Determinei, por decreto, ao secretário da PM que os comandantes dos batalhões se reúnam com os prefeitos das cidades onde o isolamento social não está sendo cumprido e apoiem as ações de bloqueio das ruas de maior movimentação", escreveu nas redes sociais. Witzel também prorrogou

medidas de isolamento social até o dia 31 de maio.

Em Niterói, cidade da região Metropolitana do Rio, o "lockdown" começou na segunda-feira (11). A prefeitura determinou multa de R\$ 180 a pessoas que estiverem circulando nas ruas, praias e praças públicas, com exceção de funcionários e clientes em deslocamento a serviços essenciais, como supermercados e farmácias. O valor dobra em caso de reincidência.

Também foram instalados bloqueios em sete pontos da cidade. Nesses locais, guardas municipais estão medindo a temperatura de ocupantes dos veículos. Se uma pessoa estiver com a temperatura acima do normal, será encaminhada a unidades de saúde do município.



# Rede privada teme judicialização de UTIs

Gestores hospitalares afirmam que poucos governos estaduais e municipais organizaram demanda, que cresce

Fernando Canzian

**SÃO PAULO** A falta de coordenação de estados e municípios em buscar UTIs privadas para pacientes com coronavírus está levando hospitais particulares a buscar alternativas para se proteger contra a requisição desordenada de seus leitos e de judicialização na área, considerada inevitável.

A curva de infecções da Covid-19 projeta que cerca de 20 estados podem ficar sem leitos de UTI no SUS antes do fim de maio, o que ampliará a pressão pelo uso de leitos privados —que, em condições normais, seriam usados por clientes dos planos de saúde.

Na terça (12) em videoconferência no Rio, representantes de hospitais privados questionaram o juiz Vitor Moreira Lima, do Tribunal de Justiça do Rio e especializado em direito médico, sobre se deveriam tentar obter um mandado

de segurança contra requisições que não atendessem determinados critérios. A resposta do juiz foi positiva.

Segundo Moreira Lima, os hospitais devem se amparar em resolução divulgada na sexta (8) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que lista parâmetros a serem seguidos para a requisição dos leitos.

Entre eles, que se esgotem todas as possibilidades de uso de leitos na rede pública, mesmo dos que estejam desativados e possam ser recuperados.

O juiz Moreira Lima previu ainda que poderá haver judicialização na área provocada por clientes dos planos de saúde que se sentiram lesados pela transferência ao SUS de leitos que poderiam atendê-los.

Segundo ele, haveria nisso a transferência da "incompetência do estado" para os que pagam planos de saúde.

A resolução do CNJ, assinada pelo ministro Dias Toffoli,

também presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), estabelece ainda outros critérios —como estudos detalhados e a formação de gabinetes de crise— para a requisição de leitos privados.

Diz ainda que "se capacidade de leitos à disposição do SUS estiver esgotada, e a rede assistencial privada não se interessar por contrato público com o gestor do SUS, os leitos deverão ser requisitados".

Há semanas representantes dos hospitais particulares vêm manifestando grande preocupação com o fato de não estarem sendo procurados pelos governos federal, estaduais ou municipais para planejarem a cessão de leitos.

O temor é que a requisição ocorra de última hora e de modo descoordenado —e muitas vezes por decisões judiciais em que o pagamento pelo leito pode levar anos.

Há algumas exceções, como

a cidade de São Paulo e estados do Espírito Santo e Maranhão. A prefeitura paulistana, citada sempre pelos hospitais particulares como bom exemplo, vem alugando leitos privados por R\$ 2.200 ao dia, sendo R\$ 1.600 pagos pelo SUS.

Outra preocupação é que a eventual adoção de uma fila única de leitos (onde entrariam pacientes do SUS e da rede privada indiscriminadamente) deixe usuários de planos sem vagas caso precisem.

Na segunda (11), o próprio Dias Toffoli sinalizou, no programa Roda Viva, da TV Cultura, estar preocupado com a falta de entendimento sobre o uso de UTIs privadas e sua possível judicialização. "O correto nessa questão seria o setor público e privado terem diálogo e criado protocolos", disse. "Quando se procura a justiça é porque falharam os outros meios de solução de conflitos e controversias."

Questionado sobre como o STF se posicionaria no caso de um paciente do SUS precisar de uma UTI privada, Toffoli disse: "O Judiciário não vai falhar em dar a garantia constitucional necessária para o atendimento à saúde."

O presidente do Conselho Deliberativo do hospital Albert Einstein, Claudio Lottenberg, afirma que há "enorme banalização" no debate da fila única e que não existe discussão técnica do poder público com os hospitais para o uso dos leitos privados.

"Sentar para conversar dá trabalho, e ninguém quer trabalhar. Só querem discursar."

Segundo ele, não basta a requisição dos leitos; é necessária a manutenção da estrutura em volta dos pacientes, que também precisam ter seus prognósticos considerados para saber se são a melhor opção para ocupar uma vaga.

Em estados como o Rio, a

própria discussão da fila única chega quando já são exigidas as vagas na rede privada.

Segundo Graccho Alvim, diretor da Aherj (Associação de Hospitais do Rio de Janeiro), não somam 100 (60 de UTIs) os leitos contabilizados pela rede particular que poderiam ser disponibilizados ao SUS.

"Há uma lista de pessoas com decisões judiciais a seu favor que não podem ser internadas porque já não há vagas", diz Alvim.

Para Ederlon Rezende, diretor do Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo e membro da Amib (Associação de Medicina Intensiva Brasileira), houve falha no planejamento do setor público para organizar a requisição de UTIs privadas.

"As autoridades deveriam ter tomado a iniciativa antes. Estamos chegando ao pior momento dessa crise de modo totalmente desorganizado."



## MORADORES DA ZONA LESTE DE SÃO PAULO COBRAM A REABERTURA DE HOSPITAL QUE ESTÁ EM OBRAS HÁ CINCO ANOS

Os moradores do bairro de Ermelino Matarazzo protocolaram ofício na Secretaria Municipal de Saúde, com cópia para o Ministério Público, em que soliditam a reabertura do Hospital e Maternidade Menino Jesus, que foi desativado pela Prefeitura de São Paulo em 2014 e já consumiu mais de R\$ 5 milhões em reformas *Rivaldo Gomes/Folhapress*

## Estados abrem 1.400 leitos de UTI para Covid-19, mas ocupação segue alta

**SALVADOR, SÃO PAULO E RECIFE** Oito estados brasileiros estão com ocupação acima de 70% dos leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) para o tratamento da Covid-19, sendo Ceará e Pernambuco acima de 90% e Maranhão e Rio de Janeiro acima de 80%.

O cenário preocupante se mantém mesmo com a forte expansão do número de leitos de terapia intensiva registrada na última semana. Ao todo, os estados abriram mais de 1.400 novos leitos de UTI, um avanço de 12% em relação à semana anterior.

O avanço foi possível com a inauguração de novos hospitais de campanha, a chegada de novos ventiladores pulmonares, a aquisição de leitos da rede privada e o remanejamento interno de leitos dentro da própria rede pública.

Os estados de Pernambuco e Ceará seguem entre os que registraram maior ocupação dos leitos de terapia intensiva, em um patamar acima de 90%. O Amazonas não informou os dados, mas a Folha apurou que os leitos estão praticamente em sua capacidade máxima.

Outros seis estados têm ocupação acima de 70%: Rio de Janeiro, Pará, Maranhão, Rio Grande do Sul, Alagoas e Acre. Espírito Santo e São Paulo aparecem na sequência com

68% de ocupação.

Dentre os estados brasileiros, São Paulo foi o que mais conseguiu expandir a rede para atendimento de pacientes graves da Covid-19, com a inclusão de 658 novos leitos de UTI na última semana.

Nesta segunda-feira (11), o estado tinha 5.675 leitos de terapia intensiva, sendo 3.871 ocupados com casos confirmados ou suspeita de Covid-19. Na Grande São Paulo, a taxa de ocupação tem ficado acima de 85%.

O Rio de Janeiro, que estava próximo de um cenário de colapso, teve um alívio nesta semana com a inauguração de mais dois hospitais de campanha e a abertura de 148 leitos de UTI. Em uma semana, a taxa de ocupação das UTIs estaduais caiu de 97% para 83%.

A expectativa, contudo, é que a ocupação volte para um patamar acima de 90% com a transferência de pacientes que estavam em leitos clínicos. Nesta segunda, o estado registrava fila de 447 pessoas aguardando por leitos de UTI, quase cem pessoas a mais do que uma semana antes.

O governador Wilson Wittezel (PSC) só abriu três dez dez hospitais de campanha ou módulos que havia prometido até abril, disponibilizando 190 das 990 vagas previstas. Todos ficam na capital.

Em Pernambuco, o sistema de saúde permanece em estágio de colapso. Dados da central de regulação de leitos referentes a esta segunda-feira (11) indicavam que 284 pacientes com síndrome respiratória aguda grave aguardavam na fila por uma vaga de UTI.

Mesmo reconhecendo o tamanho da fila, a Secretaria de Saúde de Pernambuco informa que há uma ocupação de 96% dos 532 leitos criados exclusivamente para doentes com suspeita de Covid-19.

Em situação semelhante, o Ceará possui 90% dos leitos de terapia intensiva para Covid-19 ocupados. Ao todo, o estado tem 481 UTIs na rede pública destinadas ao tratamento da doença.

Na última semana, o governo do Ceará abriu novos leitos de terapia intensiva no Hospital Leonardo da Vinci e Hospital de Campanha de Messejana. O governo aguarda ainda a chegada de 200 respiradores adquiridos no exterior para ampliar a oferta de UTIs na rede pública.

Um dos primeiros estados a ter o sistema público de saúde em colapso, o Amazonas informou que tem 170 pacientes em leitos de terapia intensiva, sendo 123 na rede pública e 67 na rede privada.

Profissionais de saúde do estado relatam à Folha que

as UTIs da rede estadual em Manaus, a única cidade do estado com esse serviço, estão trabalhando praticamente na capacidade máxima.

O Pará, que decretou bloqueio total em nove cidades do estado nesta semana para reduzir o avanço do novo coronavírus, informou que tem 77,3% dos leitos ocupados. O estado conseguiu expandir sua rede de atendimento para pacientes graves, mas também enfrenta problemas com respiradores.

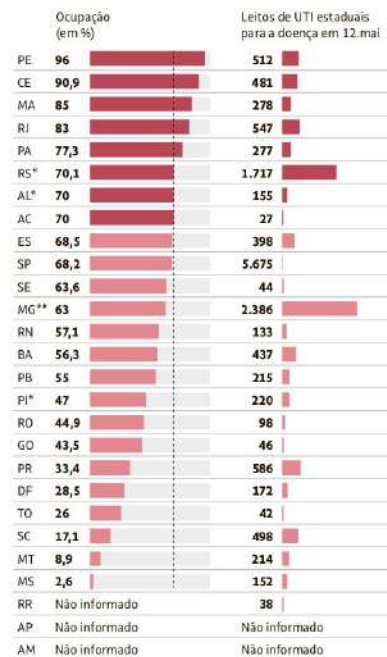
Outro estado que enfrenta problemas é o Acre, que viu a sua rede de leitos de terapia intensiva cair de 38 para 27 leitos em uma semana.

Segundo o governo do estado, a redução ocorreu porque a rede particular voltou atrás no fornecimento de leitos intensivos para a rede pública. Com a redução da oferta, 70% dos leitos de UTI para Covid-19 estão ocupados.

O estado de Roraima, que na semana passada tinha 100% das UTIs ocupadas, nesta semana não encaminhou informações sobre a ocupação de leitos à reportagem. O governo do estado, contudo, informou que ampliou o número de leitos de terapia intensiva para 38 na rede pública.

João Pedro Pitombo, Patrícia Pasquini, João Valadares, Julia Barbon, Ana Luiza Albuquerque, Fabiano Maisonnave, Fernanda Canofre, Marcelo Toledo, Paula Sperb, Katna Baran, Ursula Passos, Diego Garcia e Natalia Cancian

## Oito estados têm ocupação de leitos de terapia intensiva acima de 70%



\*Leitos públicos e privados.  
\*\*Total na rede estadual, não apenas para Covid-19.  
Fonte: governos estaduais

# Governo adia o pagamento de R\$ 9,6 bilhões em impostos

Medida envolve tributos federais e beneficiará empresas e pessoas físicas

---

O Globo · 13 maio 2020 · GABRIEL SHINOHARA gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

---

O governo adiou o pagamento de R\$ 9,6 bilhões em impostos de empresas e pessoas físicas, devido à pandemia do coronavírus. O anúncio, feito ontem, tem por objetivo dar mais tempo aos contribuintes para que honrem os compromissos com a União. Com a crise, muitos têm atrasado o pagamento de tributos.

A medida adia o vencimento, por até cinco meses, das prestações dos parcelamentos administrados pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Tributos estaduais e municipais não entram na prorrogação.

Tanto os parcelamentos ordinários, que têm previsão em leis normais, quanto os especiais, que têm condições específicas, como os fixados em programas como o Refis, ficam postergados.

— A ideia é dar mais tempo para que as pessoas possam pagar os parcelamentos de débitos tributários com a União que já existam — disse o advogado Luciano Bernart, presidente executivo da Academia Brasileira de Direito Constitucional.

As prestações que venceriam em maio poderão ser pagas até agosto. As de junho, até outubro; e as de julho, até dezembro. O pagamento será feito no último dia útil de cada mês.

A prorrogação não engloba os parcelamentos no âmbito do Simples Nacional.

Apesar do adiamento, as parcelas continuarão sendo corrigidas. Ou seja, se uma empresa tem uma dívida com a União que acabaria em maio e ela decidir aderir ao adiamento para agosto, pagará os juros mensais de maio até agosto.

Bernardt explica que o governo não pode eliminar os juros previstos em lei, só alterar a data de pagamento.

— Esse benefício é apenas de prazo, mas não vai reduzir os juros, porque isso só pode ser feito por lei. Os juros vão incidindo normalmente, a menos que o sujeito pague antes. Digamos que a pessoa ou o negócio não foi afetado pelo Covid-19, se entrou dinheiro, é melhor pagar agora, porque ele não paga os juros até agosto.

Glaucia Lauletta Frascino, especialista em direito tributário do escritório Mattos Filho, avalia que a medida é positiva, mas defende que ações coordenadas da União com estados e municípios poderiam ser mais efetivas.



# BC espera queda forte da economia e recuperação com ‘idas e vindas’

O Globo · 13 maio 2020 · GABRIEL SHINOHARA gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

A economia brasileira vai registrar uma forte retração até junho, e o processo de recuperação, a partir de agosto, será gradual e com “idas e vindas”, segundo estimativa feita pelos diretores do Banco Central (BC).

“É plausível um cenário em que a retomada, além de mais gradual do que a considerada, seja caracterizada por idas e vindas”, afirmaram os diretores do BC na reunião de maio do Comitê de Política Monetária (Copom), quando a taxa básica de juros foi reduzida de 3,75% para 3% ao ano. A ata foi divulgada ontem.

De acordo com documento, os diretores do BC reconheceram que os primeiros dados sobre a atividade econômica do país em abril mostram “evidência suficiente” de que a economia sofrerá forte contração no segundo trimestre por causa da crise do coronavírus.

Os diretores reforçaram, na ata, que um novo corte de juros pode acontecer na reunião que será realizada nos dias 16 e 17 de junho.

## SERVIÇO EM QUEDA

Segundo Fábio Galdino, chefe de renda variável da Vero Investimentos, ao falar em “idas e vindas”, o BC admite um processo de volatilidade ao longo dos próximos meses:

—Colocar essas idas e vindas é admitir que o cenário pode ficar um pouco mais volátil até que a economia sinalize uma melhora.

A retração no nível de atividade da economia brasileira começou a ser sentida no fim do primeiro trimestre.

O índice que mede o volume de serviços no Brasil, por exemplo, desabou 6,9% em março frente ao registrado em fevereiro — o pior desde o início da série histórica, em 2011, informou ontem o IBGE. A queda foi observada especialmente no último terço do mês, quando começaram a ser adotadas medidas contra a pandemia, como o fechamento de atividades não essenciais.

# Bolsonaro segura veto a reajuste à espera de aumento de policiais do DF

Socorro a Estados e municípios foi aprovado deixando de fora do congelamento, o aumento de várias categorias; presidente prometeu ao ministro Paulo Guedes vetar o dispositivo

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

13 de maio de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - O presidente **Jair Bolsonaro** segura a assinatura dos vetos à **possibilidade de reajuste dos salários dos servidores até 2021**, para permitir o aumento para policiais civis e militares do **Distrito Federal**, de acordo com fontes da área econômica. A proibição de correções nos salários de servidores é uma das contrapartidas negociadas pelo ministro da **Economia**, **Paulo Guedes**, no projeto de socorro a Estados e municípios.

Segundo apurou o **Estado**, o pedido principal parte do governador do Distrito Federal, **Ibaneis Rocha (MDB)**, que quer garantir um aumento para os policiais civis e militares do DF. Segundo fontes da área econômica, outros

governadores também estão usando esse intervalo antes do veto para conceder benefícios ao funcionalismo. **O presidente tem até 27 de maio para sancionar a lei.**

O gesto de Bolsonaro vem num momento em que o presidente protagoniza **uma disputa com governadores em torno do alcance das medidas de isolamento social** e precisa do apoio de aliados para iniciar a desejada reabertura da economia.

Os salários das polícias do DF são pagos com dinheiro da **União** por meio do **Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)**. No fim do ano passado, o presidente cogitou editar uma Medida Provisória para **dar reajustes de 8% a 25% aos policiais civis e militares do DF**. Bolsonaro recuou após o **Estadão/Broadcast** revelar pareceres da área econômica alertando para os riscos de ilegalidade, já que as despesas não estavam previstas no **Orçamento**.

## **Recomposição**

O presidente então encaminhou um projeto no início do ano para mudar a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e autoriza a recomposição salarial das carreiras custeadas pelo **FCDF**, inclusive com pagamento de retroativos a 1º de janeiro de 2020. **Os reajustes têm custo de R\$ 505 milhões por ano.**

Esse projeto, que é o primeiro passo para abrir caminho aos reajustes às polícias do DF, foi incluído na última terça-feira, 12, na pauta de votação da sessão do **Congresso** desta quarta – mesmo dia sinalizado por Bolsonaro para o desfecho da sanção do projeto de socorro a Estados e municípios.

Sem explicar a razão da demora, **o presidente prometeu para hoje a sanção da lei que autoriza repasse direto de R\$ 60 bilhões aos Estados e municípios** e põe um freio temporário no aumento dos gastos com pessoal, com a proibição de reajustes e concessão de bônus como anuênios e quinquênios.

No caso do reajuste do DF, ainda seria necessário o governo federal enviar um projeto de lei ou uma Medida Provisória (com vigência imediata) para autorizar as correções e um outro projeto de lei do Congresso Nacional para abrir um crédito e remanejar recursos dentro do próprio fundo para poder fazer o pagamento. Diante dessas etapas, a avaliação na área econômica é que a sanção do socorro pode demorar ainda mais, caso o presidente decida atender os governadores.

## **Promessa**

O veto à lista das categorias de servidores que ficarão de fora do congelamento **foi uma promessa de Bolsonaro a Guedes**, que tem sinalizado nos

bastidores que não pretende permanecer no cargo sem a garantia da manutenção da orientação da sua política econômica.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), confirmou à reportagem que o projeto que destrava o reajuste às polícias deve ser votado logo e informou que esteve com o relator, senador **Eduardo Gomes (MDB-TO)**, para discutir o tema. “Esse reajuste está previsto. Estou aguardando isso aí. Dá tempo, tudo tranquilo. Estando previsto lá (na LDO), eu tenho autorização para fazer”, disse Ibaneis. “Tem que aguardar o trâmite. Está bem encaminhado, já negociado”, acrescentou.

Perguntado se o veto sobre a mesa do presidente vai esperar a aprovação do projeto que concede o reajuste, o governador do DF disse que tudo foi “politicamente organizado” antes da pandemia. “Eu só trabalho com as informações que estão dentro da minha caneta. Na caneta do presidente manda ele. Mas foi tudo politicamente organizado no momento anterior à pandemia. Estamos acompanhando para que tudo isso seja cumprido”, afirmou.

Em nota, a **Secretaria-Geral da Presidência da República** informou que o tema segue em análise pela **Subchefia para Assuntos Jurídicos**.

## **Proposta**

O governo federal tem a competência para solicitar ou não reajustes aos policiais civis e militares do Distrito Federal porque os salários são bancados com recursos do FCDF, que por sua vez é abastecido com dinheiro da União.

**Pela proposta, os policiais civis teriam reajuste de 8% no subsídio em 2020.** O salário de agente, que hoje vai de R\$ 8.698,78 a R\$ 13.751,51, ficaria em R\$ 9.394,68 a R\$ 14.851,63. **Já a remuneração dos delegados, hoje de R\$ 16.830,85 a R\$ 22.805,00, passaria a ser de R\$ 18.177,32 a R\$ 24.629,40.**

Para os militares, o reajuste da chamada **Vantagem Pecuniária Especial (VPE) seria de 25%**. As remunerações vão hoje de R\$ 1.498,95 (soldado de 2ª classe) até R\$ 7.279,17 (coronel). **Com o aumento, passariam a ser de R\$ 1.873,69 a R\$ 9.098,96.**



## Estados temem que discussão sobre rating no STF atrase aval de crédito pelo Tesour

Estados que foram ao STF pedir a suspensão do pagamento da dívida foram chamados pela STN para prestar informações sobre suas contas neste ano

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

13/05/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



George Santoro, secretário de Alagoas: manter rating do Tesouro é importante no acesso a financiamentos — Foto: Sílvia Zamboni/Valor

Estados que foram ao Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a suspensão do pagamento da dívida com a União foram chamados na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para prestar informações sobre a perspectiva de suas

notas rebaixadas com base no que alegaram em suas ações judiciais. O rebaixamento desse grupo foi também revertido no STF. Segundo o Tesouro, outros cinco Estados que buscaram o Supremo - Acre, Alagoas, Amazonas, Pará e Rondônia - estão em avaliação.

Há preocupação entre os Estados de que os litígios tornem mais lenta a análise das operações de crédito e garantias pleiteadas por eles num momento em que os financiamentos tendem a ser especialmente importantes para garantir investimentos planejados para 2020.

O pedido de informação afetou os Estados com notas A ou B de Capacidade de Pagamento (Capag), como é chamado o rating elaborado pelo Tesouro. O único com rating A entre os Estados é o Espírito Santo, cuja nota chegou a ser rebaixada para C. Decisão do STF restabeleceu o rating A do Estado. Da mesma forma, São Paulo, Paraná e Paraíba foram rebaixados para C e com decisão judicial recuperaram a Capag B.

A suspensão do pagamento da dívida é uma das medidas do pacote de auxílio a Estados e municípios no combate à pandemia estabelecido pelo PLP 39/2020, aprovado pelo Congresso na semana passada. Esse benefício, porém, exige que os Estados que buscaram o STF em março e abril para suspender as parcelas retirem suas ações. A desistência dos processos, porém, não deve resolver automaticamente a discussão levantada sobre os efeitos da pandemia nos ratings dos Estados.

Em nota enviada ao **Valor**, o Tesouro Nacional diz que o “motivo do rebaixamento não é a ação judicial em si, mas sim a declaração do ente de que está em crise fiscal ou financeira”. Nesse sentido, diz o Tesouro, a renúncia da ação judicial não afetaria o processo de revisão da Capag. “Contudo, para os entes que tiveram a Capag revisada, mas revertida por decisão judicial [Espírito Santo, Paraíba, Paraná e São Paulo], a renúncia da ação pode causar nova revisão, a depender das informações fiscais encaminhadas pelos Estados ao Tesouro.”

Segundo o Tesouro, a ida dos Estados ao STF para a suspensão da dívida tornou clara a necessidade de aprimorar o processo de revisão de notas previsto em portaria sobre o assunto. A Portaria MF 501/2017, em seu artigo quinto, diz que os resultados das classificações de capacidade de pagamento poderão ser revistos pela STN quando houver “indícios de uma deterioração significativa da situação financeira do ente”, com sinalização de que os requisitos para o rating A ou B deixaram de ser atendidos.

O Tesouro informa também que encaminhou ofício aos Estados com Capag A ou B, e que entraram com ação judicial, pedindo informações sobre suas estimativas para 2020 de receitas, despesas, caixa, obrigações financeiras e dívida. O Tesouro quer avaliar de forma mais palpável a necessidade de revisão dos ratings, diz a nota.

Marialvo Laureano, secretário de Fazenda da Paraíba, diz que o Estado espera análise pelo Tesouro de cerca de quatro ou cinco operações de crédito destinadas a investimentos planejados até 2022.

Um deles, diz Laureano, já estava “no gatilho” quando surgiu a discussão sobre Capag em razão da ação judicial sobre suspensão da dívida. “Esperamos desatar esse nó para que possamos verificar a execução de investimentos ainda neste ano”, diz. Segundo o secretário, o Estado costuma investir entre 5% e 7% da receita corrente líquida, mas neste ano a parte de investimentos em recursos próprios pode ficar comprometida. Projeções ainda estão sendo feitas, diz ele, e tudo dependerá de quando efetivamente chegará o socorro do PLP 39 e de qual será a evolução da covid-19 no país.

PLP 39/2020, a ação judicial perderia objeto, o que eliminaria o debate sobre o rebaixamento. Para ele, a discussão é “equivocada e arbitrária” porque vai contra a decisão do Supremo. A decisão do STF, diz o secretário, concedeu a suspensão do pagamento da dívida e determinou que não houvesse penalização para o Estado.

George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, diz que o Estado também respondeu ao pedido de informações do Tesouro e que teve operações de créditos aprovadas na semana passada pelo órgão. Para ele, litígios podem criar demora natural nos pedidos de análise de financiamentos porque cria uma necessidade de o Tesouro consultar várias vezes a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Ele salienta, porém, que o rating é importante para os Estados no acesso a financiamento e a taxas de juros mais favoráveis.

---

## Mais do Valor **Econômico**

### **IBGE: 21 Estados tiveram queda de dois dígitos no varejo ampliado em março**

Piores resultados foram em Rondônia (-23,8%), Sergipe (-20%) e Acre (-19,4)

13/05/2020 10:54 — Em Brasil



### **Mercado aéreo doméstico não voltará aos níveis de 2019 antes de 2022, projeta lata**

A recuperação do mercado de voos internacionais virá depois disso

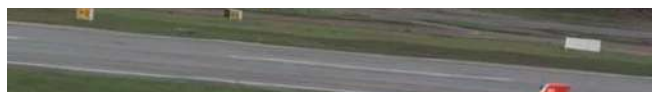
13/05/2020 10:51 — Em Empresas



### **Powell destaca perspectiva incerta; pode ser preciso fazer mais**

Presidente do Fed disse que continuará a usar todas as ferramentas de política monetária até que crise seja ultrapassada e recuperação econômica esteja em curso

13/05/2020 10:48 — Em Finanças



### **Gol tem reservas de caixa para mais 10 meses**

No mês passado, 120 aeronaves da companhia ficaram paradas



# STF decide sobre ICMS na importação

Competência para cobrar ICMS-Importação é do Estado onde está estabelecido o contribuinte que adquiriu a mercadoria no exterior

**Por Joice Bacelo** — De Brasília

13/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Supremo Tribunal Federal decidiu que a competência para cobrar ICMS-Importação é do Estado onde está estabelecido o contribuinte que adquiriu a mercadoria no exterior. No caso das chamadas operações “por encomenda”, vale a localização da importadora. Nas operações “por conta e ordem de terceiros”, em que a importadora só cuida do despacho aduaneiro, o Estado do cliente é que cobra o imposto. As duas modalidades de importação estão entre as mais praticadas e motivavam disputas acirradas entre os Estados de origem e de destino das mercadorias.

## Saiba Mais

[STF decide disputa por ICMS na importação](#)

**Conteúdo Publicitário**

Links patrocinados por **taboola**

# Área mais crítica da covid representa 35,4% do PIB

Doença ainda está concentrada em grandes centros, mas avança com velocidade pelo país, diz estudo

Por **Hugo Passarelli** — De São Paulo

13/05/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

## Avanço da covid-19

Veja a letalidade do novo coronavírus por microrregiões do Brasil

Locais	Mortes por 100 mil habitantes	Nº de áreas	Nº de municípios	% da população	% de casos	% de mortes	% do PIB	% do mercado de trabalho
São Paulo	18,6	1	1	6	17	20	10,6	8,6
Rio de Janeiro	17,4	1	1	3	6	10	5,1	4,5
Faixa 1	15,9	32	193	16	42	48	16,1	17,5
Faixa 2	6,8	22	163	5	6	6	3,6	3,7
Faixa 3	4,3	24	244	3	3	3	3,2	3
Faixa 4	2,5	93	856	15	11	7	14,8	15,4
Faixa 5	0,9	220	2535	39	12	6	38	38,6
Faixa 6	Sem mortes	168	1577	12	2	0	8,6	8,7

Fonte: Geografia de Mercado/Tadeu Masano (FGV)

O Brasil tem 30% da população vivendo em áreas com alto nível de mortalidade por covid-19, mostra levantamento da consultoria Geografia de Mercado, coordenado por Tadeu Masano, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV). O grupo equivale a 63,2 milhões de pessoas, que moram onde houve 71% dos casos e 75% das mortes por covid-19.

O estudo separou o Brasil em 561 microrregiões, agrupando municípios com

dependência econômica entre si. As localidades foram então reclassificadas em seis faixas a partir da taxa de mortes registradas da doença a cada 100 mil habitantes.

Em situação mais crítica aparecem 56 regiões, compostas pelas capitais paulista e fluminense e por outros 356 municípios, com peso de 35,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e 34,3% do mercado de trabalho.

No topo da lista, aparecem os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, com índices de 18,6 e 17,4 óbitos por 100 mil habitantes. Ambos são avaliados individualmente por causa da elevada incidência da doença.

Na faixa 1, grupo com situação considerada crítica assim como São Paulo e Rio de Janeiro, estão 32 áreas ou 193 municípios. A taxa de mortes por covid-19 a cada 100 mil habitantes é de 15,9. Há ainda 22 regiões ou 163 municípios, com índice de 6,8 óbitos, fechando a parcela dos mais atingidos por mortes.

“É o vírus do transporte, começou a disseminação pelas viagens aéreas e foi se espalhando de acordo com a infraestrutura rodoviária”, diz Masano. O professor explica que, em São Paulo, o impacto econômico é ainda maior porque muitas sedes de empresas estão aqui. “Além da atividade econômica em si, a tomada de decisões está concentrada em São Paulo”, lembra.

O estudo alerta que o vírus avança com velocidade pelo país, atingindo regiões em que a infraestrutura de saúde é mais precária. O Sudeste concentra a alta de casos e mortes, mas a divisão em regiões feita pelo estudo evidencia que a taxa de mortes é crescente também em alguns Estados do Nordeste (como Ceará, Pernambuco e Bahia) e do Norte (Amazonas e Pará, por exemplo).

“Algumas cidades da faixa 1 já estão com o sistema de saúde colapsado, mesmo as que não estão muito próximas de ter o maior número absoluto de mortes”, diz Masano, destacando que esse é caso do Amazonas, Estado em que boa parte das regiões está na faixa mais crítica de óbitos e outra parcela dá sinais de que irá para a mesma direção.

No futuro, uma das propostas de Masano é cruzar o levantamento com dados sobre a disponibilidade de Unidades de Terapia Intensiva (UTI). “Assim, as faixas serão, de fato, alertas sobre o esgotamento do sistema de saúde”, diz. Mesmo assim, ele argumenta que é possível afirmar que as regiões com pior classificação são as com maior probabilidade de enfrentar estrangulamento da capacidade de atendimento.

Masano destaca que, a partir dos dados sobre o espalhamento do vírus, os gestores públicos poderiam se preparar para evitar o deslocamento das contaminações para suas regiões.

A faixa 3, com taxa intermediária de mortes (4,3), inclui 244 municípios em Estados como Rondônia, Roraima, Maranhão, Bahia e São Paulo, geralmente próximos a locais com alto número de casos. “Preocupa-me porque nessas microrregiões a covid-19 começou um pouco depois, existe um ‘delay’ do que aconteceu em partes do Sudeste, Sul, Norte e Nordeste”, diz.

O levantamento ainda computa 168 microrregiões, ou 1.577 cidades que abrigam 12% da população brasileira, sem registro de mortes por covid-19. São áreas do interior do país que geram 8,6% do PIB e respondem por 8,7% do mercado de trabalho.

O professor também alerta para o alto grau de incerteza sobre o comportamento da doença no momento em que países como Alemanha, Coreia do Sul e China, origem da epidemia, voltam a registrar aumento das contaminações após a flexibilização do isolamento social. “É o imprevisível dentro do previsível”, diz.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem  
ARTICAPS



# Consumo aparente de bem industrial cai 11,9% março

Com o resultado, o consumo caiu 1,2% no primeiro trimestre, aponta Ipea

**Por Ana Conceição** — De São Paulo

13/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O consumo aparente de bens industriais - a parcela da produção industrial doméstica destinada ao mercado interno mais as importações - diminuiu 11,9% em março, na comparação com fevereiro, na série com ajuste sazonal, segundo cálculo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Com o resultado, o consumo caiu 1,2% no primeiro trimestre, ante o quarto trimestre de 2019.

Enquanto a produção interna destinada ao mercado nacional caiu 14% em março, as importações de bens industriais recuaram 1,3%, em março na comparação com fevereiro, feito o ajuste sazonal. A forte queda da produção já é um efeito da pandemia de covid-19 no país.

Na comparação interanual, a demanda interna por bens industriais caiu 3% ante março do ano passado, mas ainda cresceu 0,7% no trimestre. Em 12 meses, há crescimento de 0,2%.

de capital recuou 15,1% em março, a demanda por bens intermediários cedeu 5,6%.

O destaque negativo ficou por conta do consumo de bens duráveis, que recuou 28% no mesmo período. Na comparação interanual, apenas a demanda por bens intermediários não recuou, mantendo-se estável em relação a março de 2019.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem  
ARTICAPS

### LINK PATROCINADO

Frigideira que não usa óleo e não gruda vira febre em Salvador  
GOLD CHEF PANELAS

### LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!  
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera composto que age nas rugas e marcas de expressão.  
SKINCAPS

### LINK PATROCINADO

Isto aqui vai reduzir drasticamente rugas e linhas de expressão. Confira!  
FITOFEME PRO

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Bolsonaro diz que mostra exames sobre coronavírus se perder ação em última instância



# Índice da FGV aponta queda do PIB de 1,4% no 1º trimestre

Indicador sugere recuo dessa magnitude em relação ao mesmo período do ano passado

Por **Rafael Rosas** — Do Rio

13/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A segunda prévia do Indicador de Atividade Econômica da Fundação Getúlio Vargas (FGV) aponta queda de 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no primeiro trimestre de 2020, na comparação com o quarto trimestre do ano passado. Na comparação mensal, o indicador aponta retração de 5,6% em março, em relação a fevereiro.

Na comparação com igual período do ano anterior, a economia cresceu 0,1% no 1º trimestre de 2020 e caiu 1,4% em março. Claudio Considera, pesquisador associado ao Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, e responsável pela pesquisa, acredita que os números da prévia divulgada ontem são muito próximos dos dados definitivos que serão apresentados pela FGV nesta quarta-feira. Ele lembra que serão incluídos apenas os dados de do comércio varejista, que, segundo ele, não representam a maior parte do comércio e serviços.

Considera ressaltou que os resultados de março mostram melhor os efeitos da covid-19. “Quem vai expressar melhor o desastre é o resultado de março”, frisou, ressaltando que a comparação de março deste ano contra março do ano passado mostra uma queda de 1,9% na indústria, apesar da alta de 4,4% da indústria

extrativa. Já nos serviços houve queda de 1,6% na mesma comparação, sendo que o comércio recuou 7,8%.

## Mais do Valor **Econômico**



### **Powell destaca perspectiva incerta; pode ser preciso fazer mais**

Presidente do Fed disse que continuará a usar todas as ferramentas de política monetária até que crise seja ultrapassada e recuperação econômica esteja em curso

13/05/2020 10:48 — Em Finanças



### **Gol tem reservas de caixa para mais 10 meses**

No mês passado, 120 aeronaves da companhia ficaram paradas, correspondente a 92% da frota da empresa

13/05/2020 10:47 — Em Empresas



### **Atividades essenciais, como mercados, limitam queda do varejo, aponta IBGE**

Alta das vendas de hiper e supermercados em março foi a maior da série histórica da pesquisa, iniciada em fevereiro de 2003

13/05/2020 10:40 — Em Brasil

# OCDE estima colapso “sem precedentes”

Queda de indicador em abril ocorreu na esteira das medidas de confinamento para combater a covid-19, com “impacto severo” na produção, consumo e confiança

**Por Assis Moreira** — De Genebra

13/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



# Derrocada geral

Queda da atividade\* - em %



Fonte: OCDE. \* Abril-20/Abril-19

Estimativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam que as principais economias do mundo sofreram um “colapso sem precedentes” em abril. Brasil e Rússia tiveram duas das maiores baixas, de 7,82% e 9,17%, respectivamente, em relação ao mesmo mês de 2019. Nos países da OCDE, os mais ricos, a queda média foi de 3,76%.

## Indicador antecedente da OCDE sugere que crise deve se agravar

Com exceção da China, onde houve crescimento de 0,2%, os indicadores são negativos em todos os países pesquisados quando se comparam dados de abril em relação a março. Na OCDE, a queda média da atividade foi de 2,34% nessa comparação, enquanto no Brasil a baixa atingiu 6,44%.

---

### Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

#### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
VITAL 4K

#### LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem  
ARTICAPS

#### LINK PATROCINADO

Alô Salvador assista o vídeo da panela que não gruda  
GOLD CHEF PANELAS

#### LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!  
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

#### LINK PATROCINADO

Pescoço fica liso? Anvisa libera antirrugas que engrossa quase toda pele velha  
NOVA SÉRUM

## Previsão oficial para PIB deve apontar tombo maior que 4

Projeção atual é de estagnação da economia neste ano

Por **Fabio Graner** — De Brasília

13/05/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O Ministério da Economia divulga hoje, às 11h, a atualização de seus parâmetros macroeconômicos. E deverá trazer um número de desempenho da economia para 2020 pior do que a queda de 4,1% prevista pelo mercado e revelada na segunda-feira na pesquisa Focus, do Banco Central, apurou o **Valor**.

A projeção oficial até o momento para o PIB deste ano é que a economia fique estagnada, embora as principais autoridades da pasta comandada por Paulo Guedes já admitissem abertamente um resultado negativo.

A atualização da estimativa para o desempenho da economia ainda não havia sido feita por causa da excessiva volatilidade e da dificuldade de se traçar cenários em um ambiente ainda altamente indefinido.

O próprio mercado é usado para explicar essa incerteza. Há uma forte dispersão nas estimativas de desempenho da economia brasileira por parte dos analistas privados. O número de -4,1% é apenas aquele que está no meio de uma série de projeções feitas por uma centena de bancos, consultorias e empresas. No Focus divulgado na segunda-feira, a previsão mais otimista era de queda de 1,26%, e a mais pessimista, de retração de 9%.

Agora, o governo já adotou uma série de medidas e já se sabe que a crise derivada da pandemia é maior do que inicialmente se estimava. Mas seu tamanho ainda está difícil de ter um grau razoável de certeza, reconhecem fontes oficiais. Nesse sentido, para chegar à projeção que será divulgada hoje, o governo teve que lançar mão de hipóteses também sobre a duração das medidas de restrição às atividades e ao trânsito de pessoas.

---

### Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Atividade física: 5 dicas para quem não pode sair de casa